

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quíelise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Merlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício Fruct (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agilides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruct (MDB)

Heroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruct (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin — SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB) — SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel — REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quíelise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel — SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB) — SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro — REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruct (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB) — SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros — REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB) — SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel — Quíelise Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB) — SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 15 de abril de 1974.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 443/74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4854/74, de 11 de junho de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, combinado com o Art. 3.º, do Decreto Legislativo n.º 456/73, de 07 de junho de 1973, em favor de DARIO FORTUNATO DARIF, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da já citada Lei n.º 6174, a partir de 07 de junho de 1974, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de setembro de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 444/74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6172/74, de 25 de julho de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário PEDRO DISSENHA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de setembro de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 445/74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5350/74, de 25 de junho de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de CELY EUCLEIA GALLIANO ANDRADE, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de setembro de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 446/74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6502/74, de 6 de agosto de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

I — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário ROGERIO FABIANO NEVES DA CRUZ, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de agosto de 1974; e,

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da mesma Lei, o funcionário FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI, do referido Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de agosto de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de setembro de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 447/74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5335/74, de 25 de junho de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de TEREZINHA RUPPEL GLUCK, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de setembro de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 448/74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5336/74, de 25 de junho de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de OSIRIS DE BRITO, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de setembro de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 449/74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5349/74, de 25 de junho de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MAI FAIR PERINE, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de setembro de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 450/74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1430/74, de 07 de março de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de NELITA RIBEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, deixadas de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de setembro de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 451/74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4917/74, de 12 de junho de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de LUIZ ALBERTO SOFFIATI CASSAL, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 17 de junho de 1968 e 17 de outubro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes ao ano de 1971, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de setembro de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 452/74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5407/74, de 27 de junho de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de LUIZ LIMA, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Motorista, do Grupo Ocupacional de Transporte, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 28 de novembro de 1966 e 28 de janeiro de 1971, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1969 e 1970, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de setembro de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 453/74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6972/74, de 20 de agosto de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar pagar a SILVIO RODOLFO LIEGEL, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, por ter prestado serviços extraordinários, no período de 1.º de março a 3 de setembro de 1974;

II — autorizar o funcionário acima citado, de acordo com o Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3), de seus vencimentos, a partir de 4 de setembro de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de setembro de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 454/74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6801/74, de 8 de agosto de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, com fundamento no Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a DORIZON SALGADO BUENO, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o adicional de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, a partir de 18 de agosto de 1974, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de setembro de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 173.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 9 de outubro de 1974 - (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Ovidio Franzoni e Iris Caldart.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — David Federmann — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Wilson Fortes (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Jorge Sato — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arthur de Souza — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho — Ivo Rocha — Paulo Camargo — Quiesle Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado, visando a organização do Sistema Nacional de Laboratórios da Saúde Pública. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.S.P. — Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, convocando outra para a próxima terça-feira, dia 15, às 14,00 horas com a

ORDEM DO DIA,

anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 174.ª Sessão Ordinária
Realizada em 9 de outubro de 1974 - (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Ovidio Franzoni e Iris Caldart.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — David Federmann — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Wilson Fortes (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Jorge Sato — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arthur de Souza — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho — Ivo Rocha — Paulo Camargo — Quiesle Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, ue é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM

64/74

Curitiba, 27 de setembro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre a organização do Poder Executivo no sistema de administração pública do Estado do Paraná.

As profundas alterações ocorridas no quadro econômico, social e institucional do País e do Estado, durante o último decênio, reclamavam um remanejamento igualmente profundo da máquina governamental, na sua capacidade de absorver, processar e implantar medidas de modernização e desenvolvimento, visando a melhoria dos padrões de vida da população e a ampliação das oportunidades de bem-estar da coletividade.

Com efeito, a última revisão sistemática ocorrida na administração estadual data de 1962, verificando-se, nesse lapso de tempo, transformações que se refletiram no próprio conteúdo técnico e social de vários setores de responsabilidade do Governo, como a educação e a agricultura, os transportes e a habitação, a legislação social e o teor dos mecanismos econômico-tributários. Face a essas mudanças a máquina do Executivo cresceu e adaptou-se vegetativamente às novas demandas, à espera de um ajustamento mais

profundo e mais adequado, que seria resultante de um estudo específico de modernização institucional, voltado para as características próprias do Estado do Paraná.

São os resultados desse estudo, consubstanciados em anteprojeto de lei, que encaminho a essa Casa de Leis, na certeza de que a sua imediata transformação em instrumento normativo virá habilitar este e os Governos que se seguirão a uma ação mais fecunda em benefício da coletividade de nosso Estado.

A solução preconizada pelos técnicos do Governo, encarregados da concepção e desenvolvimento do programa de modernização do Executivo, traduz uma abordagem técnica adequadamente moderna e nitidamente sensível às peculiaridades do Estado.

Com efeito, o estudo teve como passo inicial a realização de um diagnóstico de contexto, levado a efeito com recursos metodológicos que ensejaram não só uma visão crítica profunda dos principais problemas da máquina governamental, como também a concepção de um programa de ação técnica corretiva objetivamente voltada para as deficiências básicas, de natureza estrutural e funcional.

Como painel crítico, o diagnóstico da ação administrativa do Governo contrastou os problemas da burocracia estadual com as soluções técnicas mais avançadas existentes no Governo Federal e noutros Estados da Federação, de forma a investigar, aprioristicamente, a viabilidade e a conveniência social de muitas dessas medidas para o caso paranaense.

Do elenco de providências identificadas e justificadas no diagnóstico, necessidade da reconcepção da estrutura orgânica básica do Poder Executivo mereceu destaque especial, constituindo, assim, a providência primeira de todo o processo de modernização do Executivo Paranaense.

O trabalho então realizado ensejou a reconcepção da estrutura do Executivo como um sistema organizacional harmonicamente integrado com os demais Poderes e funcionalmente mais ágil no seu relacionamento com os outros níveis do Governo, na sua missão básica de conceber e implantar programas e projetos que traduzam, de forma ordenada, as metas e objetivos emanados da Constituição do Estado e de leis específicas.

O anteprojeto fixa, desse modo, uma nova filosofia administrativa para a gestão da máquina governamental, ao mesmo tempo que consagra regras e normas disciplinadoras das relações de trabalho entre o conjunto das organizações da administração direta e as várias entidades da administração indireta.

As Secretarias de Estado, como órgãos de primeiro escalão hierárquico do Governo, são grupadas segundo critério de predominância de suas finalidades em Secretarias de natureza instrumental e Secretarias de natureza substantiva, cabendo às primeiras a prestação sistemática dos serviços-meio e do apoio administrativo necessários ao funcionamento regular das outras Secretarias, que se voltarão especificamente para a realização dos vários objetivos setoriais do Governo Estadual.

São disciplinadas, igualmente, as funções de planejamento, administração financeira, administração geral e do pessoal civil, tomando a forma estrutural de sistema básicos, que serão exercidos de maneira a propiciar um mais elevado grau de integração de iniciativas, o aumento da racionalidade no processo decisório de alocação de recursos financeiros e o combate sistemático às formas de desperdício, de paralelismos e de distorções regionais.

São adotadas normas técnicas específicas para a ação administrativa emanada da administração direta, que deverá, nos termos do anteprojeto de lei, passar por um crivo de avaliação crítica de programação e controle de resultados, coordenação funcional, regionalização administrativa e descentralização do processo decisório e, ainda, auditoria sistemática de métodos e sistemas.

Não se limitando aos aspectos técnicos do problema da organização governamental, o anteprojeto propõe medidas objetivas que ensejarão a melhor assistência aos municípios e às Prefeituras na solução de seus problemas comuns, integrando-os no esforço de desenvolvimento estadual e nacional. A mesma linha de propósitos resulta clara com relação ao setor e à iniciativa privada, cuja missão de colaborar tecnicamente com o Governo, mediante a prestação de serviços e o fornecimento de bens, e a de fortalecer a economia estadual, com empreendimentos de significado econômico, estão plenamente atendidas na proposição de lei que reformula o Executivo.

Nos seus aspectos formais o anteprojeto de modernização administrativa respalda-se nos preceitos das Constituições Federal e Estadual e guarda estreita consonância com os princípios e conceitos emanados de normas ditadas pelo Governo Federal, aplicáveis à matéria, mormente as do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 e suas alterações posteriores e da legislação sobre direito financeiro, licitações, orçamento e outras.

De outra parte, vale ressaltar a expressiva oportunidade da medida, eis que visa ensejar condições no sentido de que o próximo Governo Estadual possa contar, desde a sua instalação, com um eficiente instrumento normativo que também define, de maneira racional e objetiva, a estrutura básica do Poder Executivo, com a qual a Administração Pública ficará munida dos recursos legais-estruturais necessários ao seu pleno desempenho.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(2) — **EMÍLIO GOMES**

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Dispõe sobre a organização do Poder Executivo no sistema de Administração Pública do Estado do Paraná e dá outras providências.

TÍTULO I

Da Caracterização da Administração Pública Estadual como Sistema, seus Metas e Objetivos

Art. 1.º — A administração pública estadual compreende uma dimensão jurídica, expressa no relacionamento harmônico dos três Poderes, e uma dimensão funcional, correspondente à necessária integração do Estado com o Governo Federal e os Municípios.

Art. 2.º — O Poder Executivo, como agente do sistema de administração pública estadual, tem a missão básica de conceber e implantar programas e projetos que traduzam, de forma ordenada, as metas e objetivos emanados da Constituição e de leis específicas, em estreita articulação com os demais

Poderes e com os outros níveis de Governo, sendo responsável perante eles pela correta aplicação dos meios e recursos que mobilizar na sua ação executiva.

Parágrafo Único — O resultado das ações empreendidas pelo Poder Executivo deve propiciar o aprimoramento das condições sociais e econômicas da população estadual nos seus diferentes segmentos e a perfeita integração do Estado ao esforço de desenvolvimento nacional.

Art. 3.º — As metas e objetivos do Poder Executivo compreendem três campos associados, que assim se especificam:

I. Campo Social

- a) a melhoria das condições de vida da população, nos seus aspectos de alimentação, saúde, habitação, educação e oportunidades econômicas de trabalho produtivo;
- b) a assistência e proteção à maternidade, à infância e à velhice, aos socialmente desajustados e aos inválidos;
- c) o oferecimento de serviços médicos e hospitalares, o fornecimento de medicamentos e a defesa sanitária da população;
- d) o combate ao analfabetismo, a ampliação das oportunidades educacionais, a melhoria do ensino e o amparo financeiro ao estudante pobre;
- e) o aperfeiçoamento do sistema penitenciário e a assistência social aos reclusos e seus familiares;
- f) a promoção de medidas visando o acesso da população urbana e rural de baixo nível de renda a programas de habitação popular;
- g) a assistência ao trabalhador de forma a assegurar condições de trabalho dentro de elevados padrões de segurança e higiene;
- h) o incentivo ao desenvolvimento cultural e ao lazer organizado.

II. Campo Econômico

- a) o combate aos desequilíbrios regionais no âmbito do Estado, mediante adoção de programas micro-regionais com essa finalidade;
- b) o combate aos estrangulamentos referentes à escassez cíclica de produtos agrícolas, em conexão com políticas de abastecimento e comercialização;
- c) o apoio e assistência ao pequeno e médio agricultor e ao cooperativismo, mediante a criação de facilidades para obtenção dos insumos básicos à agropecuária;
- d) a assistência técnica, fomento e defesa da agropecuária e da agro-indústria, pelo desenvolvimento da pesquisa tecnológica e inovação constante dos métodos de exploração;
- e) a defesa da fertilidade dos solos e a ampliação e aprimoramento do seu uso econômico, pela adoção de política de zoneamento agrícola e mineral, de colonização e de exploração;
- f) o desenvolvimento das medidas tendentes a fortalecer e ampliar o setor industrial e o de serviços da economia, mediante a concessão de facilidades de crédito e atrativos financeiros às iniciativas locais e de fora;
- g) a ampliação da infraestrutura de transportes, energia, telecomunicações e saneamento, bem como a adoção de medidas capazes de resguardar os investimentos feitos nesses setores;
- h) a criação de oportunidades amplas e diversificadas visando à formação, desenvolvimento e aprimoramento de talentos empresariais para a economia do Estado;
- i) o estímulo à pesquisa capaz de gerar novos conhecimentos e novos meios de atuação técnica de sentido econômico para o Estado.

III. Campo Institucional

- a) a preservação do meio-ambiente mediante o combate às formas de poluição e destruição ecológica e o disciplinamento do crescimento dos centros urbanos, especialmente no que respeita à manutenção de áreas verdes, condições sanitárias, padrões habitacionais e de construção;
 - b) a constituição de núcleos regionais, distritos administrativos e outras formas de regionalização, inclusive regiões metropolitanas nos termos da legislação federal, de modo a favorecer o desenvolvimento das comunidades e o aperfeiçoamento da ação governamental no seu território;
 - c) a assistência técnica aos municípios possibilitando-lhes a melhoria dos serviços e integrando-os aos programas de desenvolvimento do Estado do Paraná;
 - d) a manutenção da ordem e da segurança pública, pela prevenção, repressão e apuração de infrações penais, em articulação com o Governo Federal;
 - e) a defesa civil da população contra calamidades;
 - f) o planejamento da ação do Governo, exprimindo-a em programas e projetos articulados no espaço e no tempo, e conectados com mecanismos orçamentários, de controle de resultados, consideração de custos e oportunidades econômicas;
 - g) a integração do esforço de desenvolvimento do Estado às iniciativas do Governo Federal, de maneira a assegurar articulação dos programas que melhor atendam às necessidades e aspirações do Estado do Paraná.
- Art. 4.º — A ação do Poder Executivo na formulação e execução de suas metas e objetivos obedecerá às diretrizes técnicas constantes desta Lei.

TÍTULO II

Do Poder Executivo como Sistema Organizacional

Art. 5.º — O Poder Executivo compreende dois conjuntos organizacionais permanentes, representados pela administração direta e pela administração indireta, integrados segundo setores de atividades relativos às metas e objetivos, que devem, conjuntamente, buscar atingir:

§ 1.º — O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado.

§ 2.º — Auxiliam diretamente o Governador do Estado no exercício do Poder Executivo o Vice-Governador e os Secretários de Estado, e a estes, os Diretores-Gerais de Secretarias de Estado e o dirigente principal de cada uma das entidades da administração indireta, nos termos definidos nesta Lei.

Art. 6.º — A administração direta compreende serviços estatais dependentes, encarregados das atividades típicas da administração pública, a saber:

- I. Unidades de assessoramento e apoio direto ao Governador para o desempenho de funções auxiliares, coordenação e controle de assuntos e programas intersecretariais.

- II. Secretarias de Estado, de natureza instrumental e de natureza substantiva, órgãos de primeiro nível hierárquico para o exercício do planejamento, comando, coordenação, fiscalização, execução, controle e orientação normativa da ação do Poder Executivo.

- III. Órgãos de Regime Especial criados por lei, com autonomia relativa, resultantes de desconcentração administrativa de Secretarias de Estado, para o desempenho de atividades, cujo tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da administração direta, possa contribuir para a melhoria operacional das Secretarias.

Parágrafo Único — A autonomia relativa a que se refere o inciso III do artigo se expressa na faculdade de contratar pessoal para atividades temporárias pelo regime da legislação trabalhista e de manter contabilidade própria, bem ainda de custear a execução de seus programas por meio de dotações globais consignadas no Orçamento do Estado.

Art. 7.º — A administração indireta compreende serviços instituídos para limitar a expansão da administração direta ou aperfeiçoar sua ação executiva, no desempenho de atividades de interesse público, de cunho econômico ou social, usufruindo, para tanto, de independência funcional controlada, a saber:

- I. Autarquias entidades de personalidade jurídica de direito público, criadas por lei e organizadas por ato do Poder Executivo, com patrimônio e receita próprios, sem capital, para o desempenho de atividades típicas da administração pública que não traduzam resultados comerciais ou industriais, funcionando sob tutela administrativa de Secretarias de Estado e com autonomia de gestão.

- II. Empresas Públicas, entidades de personalidade jurídica de direito privado, autorizadas por lei e organizadas por estatutos, com patrimônio próprio ou de afetação, capital majoritário do Estado, para o desempenho de atividades econômicas atípicas da administração pública, com fins lucrativos destinados à ampliação do capital de giro, constituição de reservas e reinvestimentos.

- III. Sociedades de Economia Mista, entidades de personalidade jurídica de direito privado, instituídas por autorização de lei e organizadas por estatutos, com patrimônio próprio, capital representado por ações de posse majoritária do Estado e fins declaradamente lucrativos.

- IV. Fundações, entidades de personalidade jurídica de direito privado, que integram a administração indireta quando criadas por lei com tal intenção, organizadas por estatutos, com patrimônio e bens afetados a um determinado objetivo de utilidade pública e com capacidade de captar e reter, continuamente, recursos privados no montante mínimo de um terço de suas despesas correntes.

Art. 8.º — As entidades integrantes da administração indireta vinculam-se às Secretarias de Estado, conforme consta do Título IX desta Lei, sujeitando-se à fiscalização e ao controle organizados, que, não infringindo o teor da autonomia caracterizada nos seus respectivos atos de criação, permitam, eficazmente, a avaliação do seu comportamento econômico e financeiro e a análise periódica dos seus resultados em cotejo com os objetivos do Governo.

TÍTULO III

Da Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares sobre a Estrutura Básica

Art. 9.º — Os serviços dependentes que integram a administração direta, objeto do art. 6.º, referem-se a:

- I. Governadoria — integrada por unidades de assessoramento e apoio direto ao Chefe do Executivo e de coordenação intersecretarial de auxílio ao Governador na seleção, acompanhamento e controle de programas e projetos governamentais.

- II. Secretarias de Estado de natureza instrumental — representadas por entidades que centralizam e proveem os meios administrativos necessários à ação do Governo.

- III. Secretarias de Estado de natureza substantiva — representadas por entidades de orientação técnica especializada e de execução, por administração direta, delegação ou adjudicação, dos programas e projetos definidos e/ou aprovados pelo Governador.

Art. 10 — A estrutura organizacional básica de cada uma das Secretarias de Estado compreende:

- I. Nível de direção superior, representado pelo Secretário de Estado, com funções relativas à liderança e articulação institucional ampla do setor de atividades polarizado pela Pasta, inclusive a representação e as relações intersecretariais e intergovernamentais.

- II. Nível de gerência, representado pelo Diretor-Geral da Secretaria com funções relativas à inteligência e liderança técnica do processo de implantação e controle de programas e projetos, bem como à ordenação das atividades de gerência, relativa aos meios administrativos necessários ao funcionamento da Pasta.

- III. Nível de assessoramento relativo às funções de apoio direto ao Secretário de Estado nas suas responsabilidades, especialmente na coordenação e no controle das entidades da administração indireta vinculadas à Secretaria.

- IV. Nível de atuação instrumental, representado por grupos setoriais concernentes aos sistemas estruturantes referidos no Título VI, com funções relativas à coordenação da atividade de planejamento e à prestação dos serviços necessários ao funcionamento da Secretaria.

- V. Nível de execução programática, representado por unidades encarregadas das funções típicas da Secretaria, substanciadas em programas e projetos ou em missões de caráter permanente.

- VI. Nível de atuação desconcentrada, representado por órgãos de regime especial instituídos em conformidade com o que estabelece o art. 6.º, III.

CAPÍTULO II

Da Definição da Estrutura Organizacional Básica

Art. 11 — A estrutura organizacional básica do Poder Executivo compreende as seguintes unidades:

I. Governadoria

1. Governador do Estado

- 1.1 Casa Civil (CC)
- 1.2 Casa Militar (CM)
- 1.3 Secretaria Particular do Governador (SPG)
- 1.4 Coordenação do Desenvolvimento do Estado (CDE)

2. Vice-Governador do Estado

- 2.1 Gabinete do Vice-Governador do Estado (GVG)

II. Secretarias de Estado de Natureza Instrumental

1. Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL)
2. Secretaria de Estado das Finanças (SEFI)
3. Secretaria de Estado da Administração (SEAD)
4. Secretaria de Estado dos Recursos Humanos (SERH)

III. Secretaria de Estado de Natureza Substantiva

1. Secretaria de Estado da Agricultura (SEAG)
2. Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC)
3. Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio (SEIC)
4. Secretaria de Estado do Interior (SEIN)
5. Secretaria de Estado da Justiça (SEJU)
6. Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social (SESB)
7. Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP)
8. Secretaria de Estado dos Transportes (SETR)

CAPÍTULO III

Das Disposições Finais Sobre a Estrutura Básica

Art. 12 — Constam da estrutura organizacional básica de cada uma das Secretarias de Estado as seguintes instâncias e unidades administrativas:

I. No nível de direção superior, a instância administrativa referente à posição de Secretário de Estado.

II. No nível de gerência, a instância administrativa referente à posição de Diretor-Geral de Secretaria e a Assessoria de Controle de Resultado (ACR).

III. No nível de assessoramento:

- a) Gabinete do Secretário (GS)
- b) Assessorias Técnicas
- c) Assessoria de Relações com Entidades Vinculadas (AEV).

IV. No nível de atuação instrumental:

- a) Grupo de Planejamento Setorial (GPS)
- b) Grupo Financeiro Setorial (GFS)
- c) Grupo Administrativo Setorial (GAS)
- d) Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS).

Parágrafo Único — Os grupos referidos no inciso IV constituem unidades operacionais das Secretarias de Estado de natureza instrumental, conforme dispõe o Título VI desta Lei.

Art. 13 — Os critérios para organização e funcionamento das entidades da administração indireta são os explicitados no Título VIII desta Lei.

Art. 14 — O Governador do Estado, mediante decreto, poderá instituir Secretarias de Estado de caráter extraordinário, até o número de três (3), para condução de assuntos ou programas de importância ou duração transitória.

Parágrafo Único — O ato de instalação de Secretaria Extraordinária indicará, se for o caso, as entidades da administração indireta que a ela se vinculam.

Art. 15 — A definição das unidades de nível departamental integrantes das estruturas básicas constantes deste Título será feita através dos regulamentos das Secretarias de Estado, a serem baixados por decretos do Governador do Estado.

TÍTULO IV

Do Âmbito de Ação da Administração Direta

CAPÍTULO I

Da Governadoria

SEÇÃO I

Da Casa Civil

Art. 16 — Casa Civil — a administração geral do Palácio e das residências oficiais do Governo; a assistência direta e imediata ao Governador na sua representação civil, relações públicas com a imprensa, com autoridades civis, políticas e com a Assembléia Legislativa; a recepção, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Governador e a transmissão e controle da execução dos ordens dele emanados; o cerimonial público; a coordenação dos escritórios de representação do Governo fora do Estado; a coordenação da elaboração da mensagem anual do Governador à Assembléia Legislativa; a preparação de projetos de atos normativos e o controle do trâmite de projetos de leis na Assembléia; a articulação da promoção e divulgação das realizações governamentais; a coordenação das medidas relativas ao cumprimento dos prazos de pronunciamento, pareceres e informações do Poder Executivo às solicitações da Assembléia Legislativa bem como o relacionamento com as lideranças políticas do Governo para formalização de vetos e encaminhamento de projetos de leis ao Legislativo; outras atividades correlatas.

SEÇÃO II

Da Casa Militar

Art. 17 — Casa Militar — a assistência direta e imediata ao Governador no trato e apreciação de assuntos militares de natureza protocolar; a coordenação das relações do Chefe do Governo com autoridades militares; a segurança do Governador, da sua família, do Palácio e das residências oficiais; o transporte aéreo do Governador do Estado; a recepção, estudo e triagem dos expedientes militares encaminhados ao Governador e a transmissão e controle da execução das ordens dele emanadas; outras atividades correlatas.

SEÇÃO III

Da Secretaria Particular do Governador

Art. 18 — Secretaria Particular do Governador — a assistência e assessoramento ao Governador no trato de questões, providências e iniciativas do seu expediente particular, inclusive a realização de pesquisas e investigações; outras missões determinadas pelo Governador.

SEÇÃO IV

Do Gabinete do Vice-Governador do Estado

Art. 19 — Gabinete do Vice-Governador do Estado — a assistência direta e imediata ao Vice-Governador nas suas relações oficiais; a recepção, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Vice-Governador; o provimento dos meios administrativos necessários ao funcionamento da Vice-Governadoria; a realização de outras atividades determinadas pelo Vice-Governador do Estado.

SEÇÃO V

Da Coordenação do Desenvolvimento do Estado

Art. 20 — Coordenação do Desenvolvimento do Estado — o assessoramento ao Governador na promoção das medidas capazes de assegurar a coordenação das iniciativas dos diferentes órgãos governamentais, de maneira a ampliar a participação crítica dos seus dirigentes nos problemas setoriais do Governo, evitar duplicidades, favorecer a troca de informações e a institucionalização de canais de comunicação entre as autoridades e os órgãos que dirigem.

Art. 21 — Como mecanismo funcional, cabe à Coordenação do Desenvolvimento do Estado opinar sobre:

- a) a política econômica e financeira do Governo e as medidas de incentivo tendentes a desenvolver e fortalecer a economia paranaense;
- b) a política relativa à ação social do Governo, destinada a assistir, proteger e desenvolver a população do Estado;
- c) as diretrizes gerais dos planos governamentais e a escala de prioridades das programações constituintes;
- d) a revisão, atualização, ampliação ou compressão, segundo a conjuntura administrativa e financeira do orçamento e da programação a cargo dos diferentes órgãos do Governo;
- e) a capacidade e conveniência de endividamento do Governo, pela contratação de empréstimos e concessão de avais;
- f) a criação, a transformação, a ampliação, a fusão, a extinção, a intervenção e a vinculação de entidades da administração indireta;
- g) a criação e extinção de fundos especiais;
- h) as medidas de defesa civil da população contra calamidades;
- i) a revisão e aprovação da proposta orçamentária anual do Governo;
- j) as alterações da política salarial do Governo;
- l) outros assuntos ou matérias sugeridas pelo Governador ou Secretário de Estado.

Art. 22 — A Coordenação do Desenvolvimento do Estado, como mecanismo funcional ganha expressão por meio de reuniões periódicas, que devem representar, sucessivamente:

- a) o Gabinete — quando reunidos os Secretários de Estado para coordenação geral dos programas e iniciativas do Governo;
- b) a Coordenação da Infra-estrutura Administrativa — quando reunidos o Chefe da Casa Civil e os Secretários de Estado da Administração e dos Recursos Humanos;
- c) a Coordenação da Ação Social — quando reunidos os Secretários de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, da Educação e da Cultura, da Justiça e da Segurança Pública;
- d) a Coordenação da Ação Econômica — quando reunidos os Secretários de Estado da Agricultura, dos Transportes, do Interior e da Indústria e do Comércio.

§ 1.º — A Coordenação é presidida e convocada pelo Governador do Estado, e tem como membros permanentes, além do Chefe do Executivo os Secretários de Estado das Finanças e do Planejamento, funcionando este, também, como Secretário Executivo da Coordenação, cabendo-lhe, nesta capacidade a elaboração da agenda das reuniões, a preparação e circulação dos sumários das conclusões da Coordenação e acompanhamento da sua execução para orientação do Governador.

§ 2.º — Os Secretários de Estado, com autorização prévia do Governador, poderão se fazer acompanhar nas reuniões da Coordenação por dirigente ou dirigentes de entidades da administração indireta ou de outros auxiliares, se assim o exigir o aprofundamento de discussões de natureza técnica.

§ 3.º — As conclusões da Coordenação poderão ter, a critério do Governador, força normativa.

CAPÍTULO II

Das Secretarias de Estado de Natureza Instrumental

SEÇÃO I

Da Secretaria de Estado do Planejamento

Art. 23 — Secretaria de Estado do Planejamento — a administração da atividade de planejamento governamental mediante a orientação normativa, metodológica e tecnológica às Secretarias de Estado na concepção e desenvolvimento das respectivas programações; o controle, acompanhamento e avaliação sistemáticos do desempenho das Secretarias na consecução dos objetivos consubstanciados em seus planos, programas, convênios interinstitucionais e orçamentos; a orientação dos órgãos governamentais na elaboração de seus orçamentos anuais, a consolidação crítica desses orçamentos no Orçamento do Estado e o acompanhamento da execução orçamentária; a promoção de estudos, pesquisas e projetos sociais, econômicos e institucionais ligados à sua área de atuação, ou de caráter multidisciplinar, ou de prioridade especial; a pesquisa de dados e informações técnicas, sua consolidação e divulgação sistemática entre as Secretarias e demais órgãos; a auditoria de métodos e sistemas e a promoção, em caráter permanente da modernização administrativa da máquina estadual; os estudos relativos à criação, transformação, ampliação, fusão e extinção de entidades da administração indireta e de unidades administrativas no âmbito da administração direta; a política de desenvolvimento urbano no Estado e a assistência técnica abrangente às municipalidades e associações de municípios no desenvolvimento e aprimoramento de seus serviços e na solução de seus problemas comuns; outras atividades correlatas.

SEÇÃO II

Da Secretaria de Estado das Finanças

Art. 24 — Secretaria de Estado das Finanças — a análise e avaliação permanente da economia do Estado; a direção e execução da política e da administração tributária, econômica, fiscal e financeira do Estado; as medidas de controle interno e a coordenação das providências exigidas pelo controle externo da administração pública; estudos e pesquisas para previsão da receita, bem como as providências executivas para a obtenção de recursos financeiros de origem tributária e outros; a contabilidade geral e administração dos recursos financeiros do Estado; a inscrição e cobrança da dívida ativa; o relacionamento e a orientação dos contribuintes; o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual; a auditoria financeira, a análise e controle de custos na administração direta; a análise da conveniência da criação e extinção de fundos especiais, o controle e a fiscalização da sua gestão; a defesa dos capitais do Estado; o controle dos investimentos públicos e da capacidade de endividamento do Governo; a execução do Orçamento do Estado pelo desembolso programado dos recursos financeiros alocados aos órgãos governamentais; outras atividades correlatas.

SEÇÃO III

Da Secretaria de Estado da Administração

Art. 25 — Secretaria de Estado da Administração — a prestação, de forma centralizada, dos serviços-meio necessários ao funcionamento regular da administração direta e relativos a processamento eletrônico de dados, administração patrimonial e de materiais e transporte oficial; documentação, publicação de atos oficiais e reprografia; comunicações administrativas e zelaroria; a orientação e controle das construções e a manutenção e conservação de prédios e equipamentos de escritórios governamentais; a padronização e uniformização de serviços, equipamentos e outras facilidades operacionais; a análise sistemática dos custos dos serviços-meio; o controle da iniciativa privada mobilizada para prestação de serviços-meio ao Governo; a organização e gestão centralizada de cadastro de informações sobre licitantes e licitações no Estado; outras atividades correlatas.

SEÇÃO IV

Da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos

Art. 26 — Secretaria de Estado dos Recursos Humanos — a execução, de forma centralizada, das atividades de administração de pessoal relativas à descoberta, atração, obtenção, manutenção e desenvolvimento de recursos humanos para a administração direta e autárquica; a admissão, contratação, posse e lotação do pessoal de qualquer regime jurídico e sua alocação temporária às Secretarias de Estado para serviços periódicos e permanentes; a movimentação do pessoal, coordenação da avaliação do desempenho para fins de promoção, progressão, treinamento, disponibilidade e dispensa; a administração de cargos, funções e salários, capazes de distinguir, objetivamente, clientes funcionais pelos níveis de responsabilidade e natureza das obrigações, face aos programas governamentais; a administração e atualização de cadastro central de recursos humanos, extensível à administração indireta para o inventário e o diagnóstico permanentes da força de trabalho disponível na administração pública, facilitador do recrutamento interno, programação de admissões, concessão de direitos e vantagens, análise de custos para o processo decisório e aumentos periódicos; a promoção de programas médicos e assistenciais; outras atividades correlatas.

CAPÍTULO III

Das Secretarias de Estado de Natureza Substantiva

SEÇÃO I

Da Secretaria de Estado da Agricultura

Art. 27 — Secretaria de Estado da Agricultura — a assistência técnica e prestação de serviços ligados ao desenvolvimento e aprimoramento da agropecuária paraense; a execução de estudos, pesquisas e avaliações de natureza econômica visando à previsão da produção agropecuária; a promoção e articulação das medidas de abastecimento e criação de facilidades concernentes aos insumos básicos para a agricultura estadual; a aplicação e/ou fiscalização da ordem normativa de defesa vegetal e animal; a concepção e controle da política estadual de colonização; a articulação das medidas de melhoria da vida no meio rural; a proteção da fertilidade dos solos; o desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo; a administração dos parques florestais do Estado; outras atividades correlatas.

SEÇÃO II

Da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura

Art. 28 — Secretaria de Estado da Educação e da Cultura — a execução supervisão e controle da ação do Governo relativa à educação, cultura, recreação e esportes; o controle e fiscalização do funcionamento de estabelecimentos de ensino, de diferentes graus e níveis, públicos e particulares; o apoio e orientação à iniciativa privada; a perfeita articulação com o Governo Federal em matéria de política e de legislação educacional; o estudo, pesquisa e avaliação permanentes de recursos financeiros para o custeio e investimento no sistema e no processo educacional; a assistência e orientação ao município, a fim de habilitá-lo a absorver responsabilidades crescentes no oferecimento, operação e manutenção de facilidades educacionais; a melhoria da qualidade do ensino; a assistência e amparo ao estudante pobre; a integração das iniciativas de caráter organizacional e administrativo na área da educação com os sistemas financeiros e de planejamento da agricultura e da saúde pública estaduais; a pesquisa, o planejamento e a prospeção permanentes das características e qualificações do magistério e da população estudantil e a atuação corretiva compatível com os problemas conhecidos; outras atividades correlatas.

SEÇÃO III

Da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio

Art. 29 — Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio — a promoção econômica e as providências visando à atração, localização, manutenção e desenvolvimento de iniciativas industriais e comerciais de sentido econômico para o Estado; o conhecimento e orientação dos fluxos de comercialização dos produtos do Estado; a promoção e divulgação de estudos e pesquisas sobre comercialização e colocação de produtos paraenses nos mercados interno e externo; as atividades de pesquisa e experimentação tecnológica e as relativas à metrologia; a promoção das medidas normativas e executivas de defesa, preservação e exploração econômica dos recursos naturais não renováveis, especialmente os minérios; a coordenação da exploração econômica dos recursos turísticos do Estado; outras atividades correlatas.

SEÇÃO IV

Da Secretaria de Estado do Interior

Art. 30 — Secretaria de Estado do Interior — a integração com entidades e programas federais para coordenação e articulação dos interesses do Estado e de municípios na obtenção de recursos financeiros e de apoio técnico especializado; o combate à poluição ambiental nas suas diversas formas; o controle e supervisão de obras e de serviços de iniciativa do Estado nos setores de saneamento básico, recursos hídricos, telecomunicações e de habitação popular; a articulação sistemática com as demais Secretarias, especialmente a do Planejamento, na assistência aos municípios e a associações de municípios no aprimoramento de seus serviços e na solução dos seus problemas comuns; outras atividades correlatas.

SEÇÃO V

Da Secretaria de Estado da Justiça

Art. 31 — Secretaria de Estado da Justiça — a promoção do cumprimento e observância das leis; a representação e defesa judicial e extra-judicial do Estado; as atividades do Ministério Público; a supervisão e fiscalização da aplicação de penas de reclusão e de detenção e a administração do sistema penitenciário; o relacionamento administrativo com os órgãos da Justiça; o registro, controle e fiscalização de atividades comerciais; o processamento inicial das formalidades de naturalização e o relacionamento com autoridades consulares; o cadastro de provimento e vacância dos ofícios e serventias da Justiça; a perfeita integração com o Governo Federal sobre matéria de aplicação de Justiça; outras atividades correlatas.

SEÇÃO VI

Da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social

Art. 32 — Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social — a promoção das medidas de proteção da saúde da população, mediante o controle e combate a doenças de massa; a fiscalização e controle das condições sanitárias, de higiene e de saneamento, qualidade de medicamentos e de alimentos e da prática profissional médica e paramédica; a administração do Código Sanitário do Estado; a restauração da saúde da população de baixo nível de renda; a pesquisa, estudo e avaliação da demanda de atenção médica hospitalar, face às facilidades previdenciárias e assistenciais públicas e particulares; a prestação supletiva de serviços médicos e ambulatoriais de urgência e de emergência; a ação sanitária exaustiva e compreensiva em locais públicos; a promoção de campanhas educacionais e informacionais, visando à preservação das condições de saúde da população; o estudo e pesquisa de fontes de recursos financeiros para o custeio e financiamento dos serviços e facilidades médicas, hospitalares e assistenciais; a defesa médica e assistência social da família de baixo nível de renda; a produção e distribuição de medicamentos; a coordenação da prestação de serviços assistenciais, especialmente ao trabalhador, ao desempregado, aos indigentes e menores carenciados; a perfeita integração com entidades públicas e privadas, visando articular a atuação e a aplicação de facilidades e de recursos destinados à saúde pública e à assistência social no Estado; outras atividades correlatas.

SEÇÃO VII

Da Secretaria de Estado da Segurança Pública

Art. 33 — Secretaria de Estado da Segurança Pública — a promoção das medidas necessárias à manutenção da ordem e da segurança pública e à defesa das garantias individuais e da propriedade pública e particular, mediante campanhas educacionais e informacionais, de fins preventivos ou pelo uso ostensivo de pessoal e equipamento especializado; a repressão e apuração de infrações penais, em articulação com o Governo Federal; o auxílio e ação complementar às autoridades da Justiça e da segurança nacional; a defesa civil da população contra calamidades; o estudo e pesquisa de fontes de recursos financeiros para o custeio e investimento no setor; a internalização, por todos os meios, da filosofia do respeito e do bem servir ao público, como setor responsável pela prestação de serviços a nível de indivíduo e de comunidades; outras atividades correlatas.

SEÇÃO VIII

Da Secretaria de Estado dos Transportes

Art. 34 — Secretaria de Estado dos Transportes — a promoção das medidas para a implantação da política estadual de viação; o controle operacional e formal da aplicação dos recursos federais no setor de transportes no Estado; a integração da programação setorial com as demais iniciativas de fortalecimento e expansão da infra-estrutura econômica do Estado; o controle e fiscalização dos custos operacionais do setor e a promoção das medidas visando à maximização dos investimentos do Estado nas diferentes modalidades de transportes; a perfeita articulação com entidades federais do setor; o controle e fiscalização da concessão de serviços, dos padrões de segurança e de qualidade no setor; outras atividades correlatas.

CAPÍTULO IV

Das Unidades Estruturais Comuns a todas as Secretarias de Estado

Art. 35 — Gabinete do Secretário — a assistência abrangente ao Secretário no desempenho de suas atribuições e compromissos oficiais e particulares; as relações públicas do Secretário e da Secretaria com os públicos e com a imprensa; a coordenação da agenda; a representação do Secretário; o acompanhamento de despachos; o provimento de transporte oficial; a promoção de investigações especiais; outras atividades correlatas.

Art. 36 — Assessorias Técnicas — segundo as necessidades de cada Secretaria para o assessoramento técnico abrangente, inclusive jurídico, ao Secretário sob a forma de estudos, pesquisas, investigações, pareceres, avaliações, exposições de motivos, análises, representação, atos normativos, minutas e controle da legitimidade de atos administrativos; a articulação com os serviços jurídicos do Estado; outras atividades correlatas.

Art. 37 — Assessoria de Relações com Entidades Vinculadas — o assessoramento ao Secretário nas suas relações com as entidades vinculadas à Secretaria, mediante a realização de estudos, pesquisas e levantamentos concernentes a cada uma das entidades; o registro e acompanhamento de dados, informações e decisões relativas à programação e desempenho das entidades; a obtenção, análise e avaliação de documentos emanados das entidades vinculadas, ou relativos às suas atividades, de interesse para o Secretário; a preparação de expediente, medidas e providências concernentes à aplicação da legislação estadual compatível; outras atividades correlatas.

Art. 38 — Assessoria de Controle de Resultados — a assistência abrangente ao Diretor-Geral da Secretaria no desempenho de suas atribuições e responsabilidades técnicas, especialmente no controle, fiscalização e acompanhamento da execução da programação técnica, a cargo da Secretaria; a pesquisa, levantamento, análise e avaliação de dados e informações concernentes às atividades técnicas da Pasta e o relacionamento com os sistemas estruturantes da administração direta; outras atividades correlatas.

Art. 39 — Grupo de Planejamento Setorial — a vinculação entre a Secretaria cuja estrutura integra e a Secretaria de Estado do Planejamento, para a execução das atividades concernentes ao sistema de planejamento, compreendendo a participação na elaboração da programação específica da Secretaria e a aplicação dos processos de coleta e divulgação sistemática de informações técnicas; a elaboração, controle e acompanhamento da execução or-

çamentária e modernização administrativa; as atividades constantes do Título VI; outras atividades correlatas.

Art. 40 — Grupo financeiro Setorial — a vinculação entre a Secretaria cuja estrutura integra e a Secretaria de Estado das Finanças, para a execução das atividades concernentes ao sistema financeiro, compreendendo contabilidade, controle e fiscalização financeira; execução do orçamento; apuração, análise e controle de custos; as atividades constantes do Título VI; outras atividades correlatas.

Art. 41 — Grupo Administrativo Setorial — a vinculação entre a Secretaria cuja estrutura integra e a Secretaria de Estado da Administração, para execução das atividades concernentes ao sistema de administração geral, compreendendo a prestação de serviços-meio necessários ao funcionamento regular da Secretaria; as atividades constantes do Título VI; outras atividades correlatas.

Art. 42 — Grupo de Recursos Humanos Setorial — a vinculação entre a Secretaria cuja estrutura integra e a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, para execução das atividades concernentes ao sistema de recursos humanos, compreendendo o fornecimento e controle da aplicação de pessoal aos diferentes programas e atividades da Secretaria; a coleta de dados e informações para análise e controle de custos e atualização do cadastro central de recursos humanos; as atividades constantes do Título VI; outras atividades correlatas.

TÍTULO V

Das Responsabilidades Fundamentais e Atribuições Básicas das Chefias na Administração Direta

CAPÍTULO I

Das Responsabilidades Fundamentais

Art. 43 — Constitui responsabilidade fundamental dos ocupantes de chefias na administração direta, em todos os níveis, promover o desenvolvimento funcional dos respectivos subordinados e a sua integração nos objetivos do Governo do Estado; cabendo-lhes, especificamente:

- propiciar aos subordinados a formação e o desenvolvimento de noções, atitudes e conhecimentos a respeito dos objetivos da unidade a que pertencem;
- promover o treinamento e aperfeiçoamento dos subordinados, orientando-os na execução de suas tarefas e fazendo a crítica construtiva do seu desempenho funcional;
- treinar permanentemente seu substituto e promover, quando não houver inconvenientes de natureza administrativa ou técnica, a prática de rodízio entre os subordinados, a fim de permitir-lhes adquirir visão integrada da unidade;
- incentivar entre os subordinados a criatividade e a participação crítica na formulação, na revisão e no aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, bem como nas decisões técnicas e administrativas da unidade;
- criar e desenvolver fluxos de informações e comunicações internas na unidade e promover as comunicações destas com as demais organizações do Governo;
- conhecer os custos operacionais das atividades sob sua responsabilidade funcional, combater o desperdício em todas as suas formas e evitar duplicidades e superposições de iniciativas;
- manter na unidade que dirige orientação funcional nitidamente voltada para objetivos;
- incutir nos subordinados, por todos os meios, a filosofia do bem servir ao público;
- desenvolver nos subordinados o espírito de lealdade ao Estado e às autoridades instituídas, pelo acatamento de ordens e solicitações, sem prejuízo da participação crítica, construtiva e responsável, em favor da ampliação da eficácia na administração pública.

CAPÍTULO II

Das Atribuições Básicas

SEÇÃO I

No Âmbito da Governadoria

Art. 44 — As atribuições básicas dos ocupantes de posições de chefia no âmbito da Governadoria, assim se especificam:

- Ao Governador do Estado, as que lhe são cometidas pela Constituição do Estado do Paraná, por esta e outras leis.
- Ao Chefe da Casa Civil:
 - promover a administração geral da Casa Civil, do Palácio e das residências oficiais do Governo;
 - promover a assistência direta e imediata ao Governador, no desempenho de suas atividades;
 - despachar diretamente com o Governador do Estado, delegar atribuições, distribuir o trabalho, superintender sua execução e controlar os resultados;
 - exercer ação disciplinar, ordenar despesas, requisitar pessoal, serviços e meios administrativos;
 - responsabilizar-se pela fiel observância e cumprimento eficaz das disposições legais e normativas da administração pública estadual aplicáveis à Casa Civil;
 - promover a recepção de pessoas e autoridades que se dirijam ao Governador, superintender as atividades de relações públicas e de imprensa do Palácio e do Chefe do Executivo;
 - transmitir ordens e determinações do Governador;
 - representar o Governador, quando designado;
 - superintender as tarefas e atividades relativas ao processo legislativo de interesse do Governo;
 - exercer as atribuições do artigo 45, no que couber;
 - desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador.
- Ao Chefe da Casa Militar:
 - promover a administração geral da Casa Militar;
 - despachar diretamente com o Governador do Estado, delegar atribuições, distribuir o trabalho, superintender sua execução e controlar os resultados;
 - responsabilizar-se pela fiel observância e cumprimento eficaz das disposições legais e normativas da administração pública estadual aplicáveis à Casa Militar;
 - promover a recepção das autoridades militares que se dirijam ao Governador;
 - promover as medidas de segurança do Governador e de seus familiares, do Palácio e das residências oficiais do Governo;

- representar o Governador, quando designado;
- desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.

IV. Ao Vice-Governador do Estado o desempenho de missões definidas pelo Chefe do Executivo, nos termos da Constituição do Estado do Paraná.

SEÇÃO II

Das Secretárias de Estado

Art. 45 — São atribuições de todas e de cada um dos Secretários de Estado as previstas na Constituição Estadual e as a seguir enumeradas:

- promover a administração geral da Secretaria em estreita observância das disposições legais e normativas da administração pública estadual e, quando aplicável, da federal;
- exercer a liderança política e institucional do setor polarizado pela Pasta, promovendo contatos e relações com autoridades e organizações dos diferentes níveis governamentais;
- assessorar o Governador e os outros Secretários de Estado em assuntos da competência da Secretaria;
- despachar diretamente com o Governador;
- participar das reuniões da Coordenação do Desenvolvimento do Estado;
- fazer indicações ao Governador para o provimento de cargos em comissão e prover as funções gratificadas no âmbito da Secretaria;
- propor ao Governador a declaração de inidoneidade de pessoas físicas e jurídicas, que, na prestação de serviços, fornecimento ou execução de obras, tenham se desempenhado de forma prejudicial aos interesses do Estado;
- promover o controle e a fiscalização das entidades da administração indireta vinculadas à Secretaria;
- delegar atribuições ao Diretor-Geral da Secretaria;
- atender às solicitações e convocações da Assembléia Legislativa, buscando, antes, a orientação do Governador;
- apreciar, em grau de recurso, quaisquer decisões no âmbito da Secretaria e das entidades a ela vinculadas, ouvindo sempre a autoridade cuja decisão enseje recurso;
- emitir parecer final, de caráter conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua decisão;
- autorizar a instalação e a homologação de processos de licitação, ou a sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- aprovar a programação a ser executada pela Secretaria e pelas entidades a ela vinculadas, a proposta orçamentária anual e as alterações e ajustamentos que se fizerem necessários;
- expedir resoluções sobre a organização interna da Secretaria, não envolvidas por atos normativos superiores e sobre a aplicação de leis, decretos e outras disposições de interesse da Secretaria;
- apresentar, trimestral e anualmente, ao Governador do Estado relatório crítico-interpretativo das atividades da Secretaria;
- assinar contratos em que a Secretaria seja parte;
- aprovar por meio de resolução os orçamentos anuais de órgãos em regime especial;
- solicitar ao Governador do Estado, relativamente a entidades vinculadas e por questões de natureza técnica, financeira, econômica ou institucional, sucessivamente: a intervenção nos órgãos de direção; a substituição de dirigente c/ou dirigentes; a prisão administrativa de dirigente c/ou dirigentes; a extinção da entidade;
- promover reuniões periódicas de coordenação entre os diferentes escalões hierárquicos da Secretaria;
- desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador.

SEÇÃO III

Das Chefes de Assessoria de Relações com Entidades Vinculadas

Art. 46 — São atribuições de Chefes de Assessoria de Relações com Entidades Vinculadas:

- promover a administração geral da Assessoria e a assistência ao Secretário nas suas relações com as entidades vinculadas à Secretaria;
- preparar os despachos do Secretário ou do seu representante com os dirigentes de entidades vinculadas e acompanhar a execução das suas decisões e determinações;
- colegir dados e informações de interesse do Secretário sobre o funcionamento das entidades e dos seus programas;
- promover, para orientação do Secretário, o cotejo dos resultados obtidos pelas entidades com os recursos aplicados e com os programas aprovados;
- desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário.

SEÇÃO IV

Das Diretores-Gerais de Secretaria

Art. 47 — São atribuições de Diretores-Gerais de Secretaria:

- programar, organizar, dirigir, orientar, controlar e coordenar as atividades da Secretaria, por delegação do Secretário;
- despachar diretamente com o Secretário;
- substituir o Secretário de Estado nas suas ausências e impedimentos;
- funcionar como principal auxiliar do Secretário de Estado;
- promover reuniões com os responsáveis por unidades de nível departamental para coordenação das atividades operacionais da Secretaria;
- coordenar a atuação dos grupos setoriais no âmbito da Secretaria, centralizando as demandas de serviços a eles destinadas e facilitando o atingimento de seus propósitos como sistemas estruturantes;
- sugerir aos responsáveis pelos grupos setoriais a instalação de grupos auxiliares e de grupos de unidades;
- praticar os atos administrativos relacionados com os sistemas de planejamento, financeiro, de administração geral e de recursos humanos, em articulação com os respectivos responsáveis;
- submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam à sua competência;
- promover o controle dos resultados das ações da Secretaria, em confronto com a programação, expectativa inicial de desempenho e volume de recursos utilizados;
- autorizar a expedição de certidões e atestados relativos a assuntos da Secretaria;
- assegurar, no que couber à Secretaria, a rigorosa atualização do ca-

dastr o central de recursos humanos da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos;

- n) propor ao Secretário a realização de licitações, sugerindo, quando for o caso, a sua homologação, anulação ou dispensa;
- o) promover a elaboração da proposta orçamentária da Secretaria;
- p) delegar competência específica do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;
- q) propor ao Secretário a criação, transformação, ampliação, fusão e extinção de unidades administrativas de nível divisional e inferiores a este, para a execução da programação da Pasta;
- r) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário

SEÇÃO V

Dos Chefes de Grupo de Planejamento Setorial

Art. 48 — São atribuições de Chefes de Grupo de Planejamento Setorial:

- a) promover a perfeita integração funcional entre a Secretaria de Estado do Planejamento e a Secretaria de Estado onde atua;
- b) promover a adaptação das diretrizes programáticas setoriais às diretrizes gerais do planejamento governamental;
- c) coordenar a elaboração dos planos de trabalho e da proposta orçamentária da Secretaria;
- d) levar a efeito programas de reforma e modernização administrativa;
- e) assessorar na implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito da Secretaria;
- f) acompanhar a execução do orçamento e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- g) produzir elementos e evidências facilitadoras da correta avaliação dos resultados dos programas de trabalho da Secretaria;
- h) promover a coleta de informações técnicas determinadas pela Secretaria do Planejamento no setor polarizado pela Pasta;
- i) manter estreita articulação com as unidades especializadas da Secretaria do Planejamento para execução de suas diretrizes e determinações técnicas no âmbito da Secretaria;
- j) promover a consolidação e divulgação sistemática de dados e informações de interesse da Secretaria e para o processo decisório de suas autoridades;
- l) orientar técnica e administrativamente grupos auxiliares e grupos de unidades;
- m) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário do Planejamento.

SEÇÃO VI

Dos Chefes de Grupo Financeiro Setorial

Art. 49 — São atribuições de Chefes de Grupo Financeiro Setorial:

- a) promover a perfeita integração funcional entre a Secretaria de Estado das Finanças e a Secretaria de Estado onde atua;
- b) proceder à execução do orçamento;
- c) promover os assentamentos, escriturações e registros contábeis e financeiros;
- d) providenciar o levantamento do balancete mensal da Secretaria;
- e) proceder ao acerto de contas em geral;
- f) executar as medidas e providências de controle interno;
- g) manter assentamentos sobre responsáveis por valores;
- h) promover a auditoria econômica e financeira da Secretaria;
- i) promover o levantamento e análise sistemática dos custos operacionais da Secretaria;
- j) orientar técnica e administrativamente grupos auxiliares e grupos de unidades;
- l) representar à Secretaria de Finanças sobre quaisquer irregularidades relativas ao sistema financeiro;
- m) executar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário das Finanças.

SEÇÃO VII

Dos Chefes de Grupo Administrativo Setorial

Art. 50 — São atribuições de Chefes de Grupo Administrativo Setorial:

- a) promover a perfeita integração funcional entre a Secretaria de Estado da Administração e a Secretaria onde atua;
- b) proceder à prestação dos serviços-meio necessários ao funcionamento regular da Secretaria;
- c) promover a análise dos custos dos serviços na Secretaria, alimentando os sistemas de planejamento e financeiro, com esses dados;
- d) proceder à fiscalização do uso e aplicação de serviços, equipamentos e facilidades para detectar formas de desperdício, uso inadequado e impróprio;
- e) orientar técnica e administrativamente grupos auxiliares e grupos de unidades;
- f) manter perfeita articulação com as unidades especializadas da Secretaria da Administração para aplicação de suas diretrizes e determinações técnicas no âmbito da Secretaria;
- g) colher dados e informações, na Secretaria e no setor, sobre licitações de interesse para o cadastro da Secretaria da Administração;
- h) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário da Administração.

SEÇÃO VIII

Dos Chefes de Grupo de Recursos Humanos Setorial

Art. 51 — São atribuições de Chefes de Grupo de Recursos Humanos Setorial:

- a) promover a perfeita integração funcional entre a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos e a Secretaria onde atua;
- b) providenciar as requisições de pessoal para os programas e atividades da Secretaria;
- c) controlar a lotação e os custos de pessoal, por categoria, função e outras dimensões;
- d) promover a avaliação pelas chefias do desempenho de servidores sempre que concluídas tarefas ou anualmente;
- e) promover a análise dos custos de pessoal na Secretaria, alimentando os sistemas de planejamento e financeiro com esses dados;
- f) coordenar a execução de programas de treinamento de interesse restrito para a Secretaria;

g) manter perfeita articulação com as unidades da Secretaria para aplicação de suas diretrizes e determinações técnicas no âmbito da Secretaria;

h) providenciar a atualização mensal do cadastro central de recursos humanos, alimentando-o com as alterações ocorridas na vida do pessoal da Secretaria;

i) promover junto a entidades da administração indireta vinculadas à Secretaria, a coleta dos dados de interesse para o cadastro de recursos humanos;

j) orientar técnica e administrativamente grupos auxiliares e de unidades;

l) executar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário dos Recursos Humanos.

TÍTULO VI

Dos Sistemas Estruturantes da Administração Direta

CAPÍTULO I

Da Caracterização e Abrangência dos Sistemas Estruturantes

Art. 52 — Para assegurar, na administração direta, a predominância de um funcionamento nitidamente voltado para os objetivos, as atividades de planejamento, administração financeira, administração geral e administração de pessoal serão conduzidas de forma centralizada, por meio dos seguintes sistemas estruturantes:

- a) Sistema de Planejamento;
- b) Sistema Financeiro;
- c) Sistema de Administração Geral;
- d) Sistema de Recursos Humanos.

Art. 53 — A concepção de sistema estruturante, nos termos desta Lei, compreende a existência de uma organização-base, a nível de Secretaria de Estado, com capacidade normativa e orientadora centralizada, da qual emanam grupos setoriais como unidades executivas.

Parágrafo Único — As Secretarias de Estado de natureza instrumental, referidas no inciso II do artigo 11, constituem as organizações-base dos sistemas estruturantes, tendo como unidades executivas os respectivos grupos setoriais mencionados no artigo 12, IV.

Art. 54 — Os grupos setoriais constituem extensões da estrutura orgânica da respectiva Secretaria de natureza instrumental e têm atuação no âmbito das demais Secretarias e da Casa Civil, para assegurar linguagem uniforme, universalização de conceitos e execução integrada e tempestiva das atividades que representam, em estreita observância do disposto neste Título.

§ 1.º — Os grupos setoriais estão sujeitos à orientação normativa, supervisão técnica, critérios de lotação, programação funcional e fiscalização específica das Secretarias que representam, sem prejuízo da subordinação de cunho administrativo às Secretarias cuja estrutura integram.

§ 2.º — No âmbito de uma Secretaria, o grupo setorial pode ser desdobrado, tendo em vista critérios técnicos relativos à especialização funcional, divisão do trabalho, tamanho e descontinuidade física e, ainda, para aperfeiçoar mecanismos de controle interno, em:

a) Grupos Auxiliares (G.A.) — abrangendo órgão de regime especial, uma ou mais unidades de nível departamental no âmbito da Secretaria; e

b) Grupos de Unidades (G.U.) — abrangendo entidades autárquicas.

§ 3.º — O âmbito da ação administrativa dos grupos setoriais integrantes da Casa Civil abrange também as unidades da Governadoria, descritas no inciso I, 1.2 1.3 e 2.1 do artigo 11.

CAPÍTULO II

Do Funcionamento dos Sistemas Estruturantes

SEÇÃO I

Do Sistema de Planejamento

Art. 55 — O Poder Executivo adotará o planejamento como técnica de aceleração deliberada do desenvolvimento econômico e social do Estado e como instrumento de integração de iniciativas, aumento da racionalidade nos processos de decisão de alocação de recursos, combate às formas de desperdício, de paralelismos e de distorções regionais.

Parágrafo Único — A ação de planejar será desenvolvida em todos os níveis hierárquicos de todas as organizações, tomando a forma de proposições gerais e parciais de trabalho sucessivas e encadeadas, de curta e longa duração.

Art. 56 — A hierarquização dos objetivos, as prioridades setoriais, o volume de investimentos e a ênfase da ação executiva a ser compreendida pelos órgãos estaduais na execução de sua programação serão fixados pelo Governador do Estado no plano geral do Governo, em consonância com as diretrizes do Governo Federal, explicitadas no seu plano geral.

Art. 57 — As Secretarias de Estado elaborarão, por intermédio do respectivo Grupo de Planejamento Setorial, suas programações específicas, de forma a indicar precisamente, em termos técnicos e orçamentários, objetivos quantitativos e qualitativos, articulados no tempo e no espaço, em consonância com as diretrizes técnicas da Secretaria de Estado do Planejamento.

Art. 58 — O controle e o acompanhamento substantivos, a análise da eficiência operacional e a avaliação objetiva dos resultados obtidos serão exercidos por todas as Secretarias de Estado, com a ajuda especializada da Secretaria de Estado do Planejamento, que promoverá, neste sentido:

- a) a consolidação e a integração da programação setorial em planos e orçamentos globais do Governo;
- b) o replanejamento metodológico dos programas e projetos;
- c) o remanejamento organizacional de unidades administrativas;
- d) a adequação do volume e/ou da periodicidade das liberações financeiras, em conjunto com a Secretaria das Finanças;
- e) a mudança de ênfase e/ou de conformação dos objetivos quantitativos e/ou qualitativos;
- f) a exclusão de iniciativas inconvenientes ou inoportunas.

Parágrafo Único — A Secretaria de Estado do Planejamento, visando assessorar as demais Secretarias, baixará normas operacionais dispostas sobre critérios e procedimentos básicos relativos ao cumprimento do disposto no artigo.

Art. 59 — A administração do sistema de planejamento, a cargo da respectiva Secretaria, funda-se nos seguintes processos operacionais:

a) Informações Técnicas — relativas a aspectos econômicos, sociais e institucionais do Estado e do Governo, sob a forma de indicadores e para o fim de dotar os planos, programas e políticas governamentais de orientação teológica, e de definir o quadro de intervenção objetiva do sistema de planejamento, de maneira a aprimorar os mecanismos decisórios do Governo;

b) Orçamentação — referente à alocação de recursos financeiros, orçamentários e extra-orçamentários aos projetos e programas governamentais, nos termos da legislação federal, por meio da elaboração e acompanhamento do orçamento anual e plurianual do Governo do Estado;

c) Modernização Administrativa — referente à avaliação permanente do desempenho da máquina governamental, na sua capacidade de processar e utilizar recursos especializados para a consecução de programas e projetos, pela análise técnica das relações estrutura-função-objetivo e custo-processo-produto, e pelo encadeamento consequente das ações e providências corretivas;

d) Programação Intersetorial — processo de elaboração de programas e projetos de incidência multi-setorial, de cunho prioritário, que requeiram abordagem multidisciplinar.

SEÇÃO II

Do Sistema Financeiro

Art. 60 — É responsabilidade de todos os níveis hierárquicos das organizações públicas zelar, nos termos da legislação em vigor, pela correta gestão dos recursos estaduais, nas suas diversas formas, assegurando sua aplicação regular, parcimoniosa e documentada.

Parágrafo Único — A gestão dos recursos financeiros orçamentários e extra-orçamentários se processará em nome do Governador do Estado, sob a orientação centralizada da Secretaria de Estado das Finanças, por meio de Grupos Financeiros Setoriais.

Art. 61 — A ação da Secretaria das Finanças, como órgão-base do sistema financeiro, assegurará todas as dimensões e formalidades do controle interno da administração estadual, na aplicação dos recursos a ela destinados, estabelecendo para tanto, o grau de uniformização e padronização na administração financeira, suficiente para permitir análises e avaliações comparadas do desempenho organizacional, por meio do sistema de planejamento; promoverá ainda:

- a determinação do cronograma financeiro de desembolso para os programas e atividades do Governo;
- a iniciativa das medidas asseguradoras do equilíbrio orçamentário;
- a auditoria da forma e conteúdo dos atos financeiros;
- a tomada de contas dos responsáveis;
- a intervenção contábil-financeira em unidades administrativas;
- a alimentação do processo decisório governamental com dados relativos a custos e desempenho financeiro.

Art. 62 — A administração do sistema financeiro, a cargo da respectiva Secretaria, funda-se nos seguintes processos operacionais:

- Contabilização — referente ao registro dos atos financeiros dos ordenadores de despesas; à execução do Orçamento; à guarda de documentos e evidências contábeis; à inscrição do patrimônio; à emissão de balancetes e de balanços; à movimentação de fundos e à inscrição de "restos a pagar";
- Arrecadação — processo relativo à coleta, registro, controle e disposição de valores;
- Controle — processo relativo ao resguardo da legalidade dos atos financeiros praticados descentralizadamente, mediante auditoria esporádica; à coleta e processamento de informações sobre custos para o processo de decisão; à tomada de contas dos responsáveis pela aplicação dos recursos do Estado

SEÇÃO III

Do Sistema de Administração Geral

Art. 63 — O apoio às Secretarias de Estado mediante a prestação dos serviços-meio necessários ao seu funcionamento regular, será prestado de forma centralizada pela Secretaria de Estado da Administração, por intermédio de Grupos Administrativos Setoriais.

Parágrafo Único — A centralização dos serviços-meio deverá ensinar, no âmbito das Secretarias de Estado, a concentração do esforço técnico e a aplicação do tempo executivo às suas finalidades específicas; e, subsidiariamente, à padronização e aumento da rentabilidade de equipamentos e de materiais, a uniformização e celeridade processual o combate ao desperdício e a contenção e progressiva redução de custos operacionais.

Art. 64 — Os serviços-meio, nos termos desta Lei, compreendem:

- processamento eletrônico de dados;
- administração de materiais, compreendendo a aquisição, recepção, guarda, distribuição e controle;
- administração patrimonial, compreendendo o tombamento, registro, carga, conserva, reparação e alienação, inclusive das obras de arte de propriedade do Governo;
- transporte oficial de autoridades e de objetos, bem como aquisição, guarda, manutenção e alienação de veículos;
- zeladoria relativa às atividades de portaria, limpeza, conservação, vigilância administração da planta física e copa;
- documentação, compreendendo biblioteca, arquivo, microfilmagem, microfichagem de documentos e plantas, publicação e reprodução de atos oficiais;
- comunicações, compreendendo as atividades de protocolo, rota administrativa para circulação de expediente, telefonia e telex;
- reprografia relativa às atividades de datilografia em volume e reprodução de documentos.

Art. 65 — A Secretaria de Estado da Administração, em benefício da qualidade dos serviços que deve prestar e dos interesses financeiros do Governo:

- convocará a iniciativa privada, por meio de licitação, para prestação de serviços, como zeladoria, reprografia, manutenção e reparação de bens móveis e imóveis, vigilância e arrendamento de equipamentos;
- centralizará a disposição e propriedade dos equipamentos e móveis de escritório, cedendo-os temporariamente, às Secretarias para execução de suas programações;
- concentrará aquisições de materiais e equipamentos de escritório, de forma a obter padrões econômicos de desempenho e durabilidade;
- disciplinará o uso de carros oficiais e de representação.

Art. 66 — Os serviços-meio prestados pela Secretaria da Administração serão debitados às Secretarias usuárias, mediante assentamento contábil promovido pela Secretaria das Finanças.

Parágrafo Único — No Orçamento-Programa do Estado consignar-se-ão à Secretaria da Administração as dotações destinadas a atender às despesas com serviços-meio de toda a administração direta, conforme definidos no art. 64.

Art. 67 — A Secretaria da Administração alimentará os sistemas financeiro e de planejamento com dados e informações para análise de custos e para fins orçamentários.

SEÇÃO IV

Do Sistema de Recursos Humanos

Art. 68 — Com o objetivo de viabilizar novos níveis de excelência operacional aos programas, projetos e atividades do Governo e de facilitar às estruturas administrativas um dimensionamento refletido dos seus objetivos, a administração do pessoal civil se caracterizará por um estilo nitidamente empresarial, em que procurará:

a) incentivar o surgimento de massa crítica no processo decisório ligado à seleção de objetivos programação do esforço executivo e aplicação dos recursos financeiros do Estado;

b) distinguir, objetivamente, os diferentes tipos de contribuição, participação e responsabilidades associadas aos diferentes grupos de funcionários.

Art. 69 — A administração do pessoal civil, entendida como gestão de recursos humanos, será processada de forma centralizada pela Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, por intermédio dos Grupos de Recursos Humanos Setoriais, os quais suprirão as Secretarias de Estado de pessoal na quantidade e características exigidas pelas suas programações.

§ 1.º — Os critérios de recrutamento seleção e admissão de pessoal de categorias funcionais especializadas refletirão, obrigatoriamente, a orientação desejável pelas unidades usuárias predominantes dessas categorias.

§ 2.º — Os funcionários integrantes de categorias funcionais que não exijam especialização serão obrigatoriamente movimentados pelos órgãos da administração direta, de acordo com a programação da Secretaria de Recursos Humanos.

§ 3.º — As operações técnicas referidas nos parágrafos anteriores terão como passo inicial obrigatório a consulta ao cadastro central de recursos humanos.

Art. 70 — O sistema de recursos humanos aqui instituído terá expressão e consequências funcionais mediante a adoção, sem prejuízo de direitos líquidos e certos de funcionários, das seguintes diretrizes executivas:

- organização e operação de um cadastro central de recursos humanos abrangendo todo o Poder Executivo, capaz de gerar dados para o inventário e o diagnóstico permanentes da população funcional do Governo;
- organização e operação de planos de classificação de cargos, empregos, funções e vencimentos, diferenciados quanto ao tipo de relacionamento e de retribuição, para clientela funcionais;
- centralização da admissão, contratação, lotação e pagamento do pessoal na Secretaria de Recursos Humanos e sua alocação às Secretarias, mediante atribuição, rateio e controle de custos relativos à aplicação de cada servidor, por categoria, unidade administrativa, programa, projeto e atividade, e outras dimensões de análise;
- controle centralizado dos cargos em comissão e das funções gratificadas, bem como das iniciativas de criação de cargos.

Art. 71 — A Secretaria de Recursos Humanos decidirá, face às demandas de pessoal, pelo tipo de recrutamento, regime jurídico, contrato e pelo uso temporário de pessoal.

Art. 72 — A concessão de direitos e vantagens se processará automaticamente com base nos dados do cadastro de recursos humanos dispensando-se a formação de processo administrativo.

Art. 73 — A função de administrar o sistema de recursos humanos, a cargo da respectiva Secretaria, funda-se nos seguintes processos operacionais:

- Atração e obtenção de Recursos Humanos — relativo ao recrutamento, seleção, avaliação, admissão, contratação, classificação, posse, lotação e cadastramento de servidores e empregados;
- Administração de Recursos Humanos — relativo à avaliação, movimentação, treinamento, pagamento, concessão de direitos, processo disciplinar, disponibilidade e demissão;
- Assistência ao Pessoal — relativa à assistência abrangente e aposentadoria.

TÍTULO VII

Das Bases Fundamentais da Ação Administrativa na Administração Direta

Art. 74 — A ação administrativa se processará no âmbito da administração direta em estrita observância às seguintes bases fundamentais:

- Programação e Controle de Resultados.
- Coordenação Funcional.
- Regionalização Administrativa e Descentralização do Processo Decisório.
- Licitações.
- Subordinação da Estrutura Organizacional aos Objetivos.
- Auditoria de Métodos e Sistemas.

CAPÍTULO I

Da Programação e Controle de Resultados

Art. 75 — A alocação de recursos financeiros, orçamentários e extra-orçamentários, obedecerá a critérios de programação, entendida como a indicação das etapas que compõem um esquema de ação, dispostas em termos temporais, quantitativos e de valor, de forma coerente e compatível com as necessidades a serem atendidas.

Art. 76 — A programação físico-financeira das providências a serem empreendidas deverá permitir, obrigatoriamente, o acompanhamento e controle dos resultados, pela avaliação das etapas constituintes do programa e do rendimento global da iniciativa.

Art. 77 — A programação deverá facilitar também a ação reprogramadora, que se torne necessária como resultante de fatos novos, capazes de propiciar melhores condições ou conhecimentos para o atendimento dos objetivos pretendidos.

Parágrafo Único — Sem prejuízo das exigências formais de controle e segurança, necessários no funcionamento da administração pública, o administrador deve preocupar-se com os resultados e não com a forma da ação administrativa.

Art. 78 — O desempenho organizacional prévio, o adequado conhecimento dos custos operacionais e a devida consideração às informações disponíveis devem constituir, obrigatoriamente, parâmetros para o processo de decisão na administração pública.

Art. 79 — O processo de acompanhamento e controle de resultados terá como referência principal os objetivos estabelecidos na programação inicial e, sempre que possível, tomará forma padronizada, favorável aos estudos e análises comparadas.

CAPÍTULO II

Da Coordenação Funcional

Art. 80 — O funcionamento da administração direta será objeto de coordenação funcional sistemática capaz de evitar superposições de iniciativas, fa-

cilitando a complementariedade do esforço inter a intra-organizacional e as comunicações entre órgãos e funcionários.

Art. 81 — A coordenação far-se-á por níveis funcionais, a saber:

- a) Coordenação de nível superior, por intermédio da Coordenação do Desenvolvimento do Estado;
- b) Coordenação de nível setorial, mediante reuniões no âmbito de cada uma das Secretarias de Estado, envolvendo os dirigentes principais da Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas;
- c) Coordenação de nível secretarial, mediante reuniões periódicas dos responsáveis pelos órgãos em regime especial, departamental e divisionais da Secretaria.

CAPÍTULO III

Da Regionalização Administrativa e Descentralização do Processo Decisório

Art. 82 — O Poder Executivo poderá fixar, por meio de decretos, regiões administrativas facilitadoras do processo de descentralização e interiorização da ação administrativa das Secretarias de Estado.

§ 1.º — Quando do cumprimento do disposto no artigo, as Secretarias instalarão seus núcleos de representação nas cidades sede das regiões administrativas que forem fixadas, de modo a concentrar a presença do Governo Estadual e permitir redução de custos de manutenção pelo uso comum de dependências físicas e facilidades operacionais.

§ 2.º — A partir da representação regional básica, comum a todas as Secretarias, cada Pasta determinará os critérios de sub-regionalização que melhor atendam seus interesses funcionais e operacionais.

Art. 83 — Os critérios de escolha para localização no território do Estado das regiões administrativas devem facilitar para que a atuação de cada Pasta possa:

- a) aproximar mais acentuadamente o Governo das municipalidades e dos públicos diferenciados do Estado, desenvolvendo uma ação executiva coerente e complementar com as demais Secretarias;
- b) adotar diferentes estratégias de ação face aos desequilíbrios regionais observados;
- c) selecionar critérios locais objetivos para os investimentos públicos;
- d) descentralizar a ação administrativa da Capital do Estado, reduzindo o deslocamento de contribuintes, funcionários, processos, equipamentos e materiais.

Art. 84 — A descentralização do processo decisório objetivará o aumento da velocidade das respostas operacionais do Governo, mediante o deslocamento, permanente ou transitório, da competência decisória para o ponto mais próximo do ato ou fato gerador de situações e eventos, que demandem decisão.

Art. 85 — A descentralização se processará por meio de delegação explícita, informal ou formal, de competência, nos seguintes termos:

- I. Poderão ser objeto de delegação informal:
 - a) a implementação de decisões previamente aprovadas;
 - b) a interpretação e adequação de fatos relacionados com a mecânica de funcionamento de programas de trabalho;
 - c) o exercício de atividades administrativas repetitivas e rotineiras necessárias à implementação de programas de trabalho.
- II. Poderão ser objeto de delegação formal:
 - a) o controle da execução de programas aprovados;
 - b) a realização de despesas autorizadas em orçamento ou em convênios;
 - c) o estabelecimento de relações com órgãos e instituições de diferentes níveis de Governo;
 - d) a representação do órgão ou da autoridade superior perante outros órgãos do Governo.

III. Não poderão ser objeto de delegação:

- a) o assessoramento ou relacionamento com autoridade hierárquica de nível superior;
- b) as tarefas ou atividades recebidas por delegação;
- c) a formulação de diretrizes para ação da unidade administrativa;
- d) a aprovação de planos de trabalho previamente discutidos noutros escalões;
- e) as modificações estruturais da unidade administrativa.

Art. 86 — Nos termos da Constituição do Estado do Paraná as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que os seus funcionários causem a terceiros, cabendo, para este efeito, ação regressiva contra o responsável.

CAPÍTULO IV

Das Licitações

Art. 87 — O Poder Executivo convocará o setor privado, por meio de licitação, para colaborar com o Governo, mediante o fornecimento de materiais, serviços, alienação de bens, a prestação de serviços técnicos e especializados e a execução de obras, sempre que a iniciativa privada puder demonstrar padrões de qualidade, rapidez e segurança compatíveis com os interesses do Governo, na consecução de seus planos e programas.

Parágrafo Único — O processo formal de licitação, ou a sua dispensa, obedecerá à legislação federal aplicável à administração estadual e às normas operacionais que o Executivo fixe por meio de decretos.

Art. 88 — O Governador, por solicitação fundamentada de Secretário de Estado, poderá autorizar a contratação, sem licitação, de pessoa física de notória especialização e expressiva experiência para realização, por período certo de tempo, de estudos, pesquisas, levantamentos, análises, diagnósticos, termos de referência, projetos, programas e planos de interesse do Governo.

Art. 89 — A Secretaria de Estado da Administração centralizará informações sobre licitações e licitantes mediante organização, administração e atualização de um cadastro central de empresas e de autônomos, atestando por solicitação dos interessados, o status do licitante no cadastro.

Parágrafo Único — O cadastro central referido no artigo anterior poderá substituir cadastros setoriais e constituir-se em instrumento básico para qualificação de licitantes no Estado.

CAPÍTULO V

Da Subordinação da Estrutura Organizacional aos Objetivos

Art. 90 — As unidades administrativas de nível subdepartamental, no âmbito da administração direta são, por natureza, de caráter transitório, devendo ser, obrigatoriamente, desestruturadas, na medida em que cumpram os objetivos para os quais foram criadas.

Parágrafo Único — Representam, para os efeitos desta Lei, unidades administrativas de nível subdepartamental: divisão, assessoria, centro, serviço, se-

tor, turma, escritório, núcleo, seção, inspetoria, distrito, unidade, delegacia, grupo, comissão e outras designações semelhantes.

Art. 91 — A criação, a transformação e a ampliação de unidades administrativas só poderá ser feita, observando-se os seguintes requisitos:

- a) a indicação precisa dos objetivos a serem atingidos e a inexistência de instrumento estrutural disponível;
- b) a impossibilidade ou inconveniência de atribuição de atividades, pelo seu volume ou natureza, à unidade já existente;
- c) a existência de recursos financeiros para custeio;
- d) a existência de arrazoado técnico demonstrativo do campo funcional a ser atendido;
- e) a avaliação realista das possibilidades de duplicidade ou superposição com iniciativas existentes;
- f) a análise das repercussões da iniciativa perante as unidades existentes;
- g) a consideração às possibilidades de fusão de unidades existentes.

Parágrafo Único — A Secretaria de Estado do Planejamento assegurará a observância dos requisitos indicados no artigo, mediante emissão de parecer técnico conclusivo sobre a criação, transformação e ampliação de unidades administrativas.

CAPÍTULO VI

Da Auditoria de Métodos e Sistemas

Art. 92 — A ação da administração direta estará sujeita à auditoria de métodos e sistemas, que constituirá instrumento auxiliar de controle e aprimoramento institucional da máquina do Governo.

Art. 93 — A auditoria de métodos e sistemas, a cargo da Secretaria de Estado do Planejamento, compreende:

- a) o exame da realização física dos objetivos do Governo expressos em planos, programas e orçamentos;
- b) o confronto dos custos operacionais com os resultados parciais atingidos;
- c) a criação de condições indispensáveis à eficácia dos controles instituídos pelo Governo Estadual e por instituição conveniente com o Estado;
- d) a verificação da observância de disposições legais e de normas técnicas na execução dos programas de trabalho;
- e) o exame de obras, serviços e materiais, em confronto com especificações previstas em licitações;
- f) o exame da eficácia dos métodos de controle da execução de atividades, projetos e programas, quando entregues a terceiros, inclusive, quando for o caso, para o fim de apuração de prejuízos causados ao Estado;
- g) a retificação tempestiva de métodos, processos e práticas de trabalho disfuncionais ou afunilados e de pontos de estrangulamento na execução de programas de trabalho;
- h) a eliminação de métodos, processos e práticas de trabalho que ocasionem desperdício de tempo, de recursos financeiros, materiais, humanos e técnicos;

- i) a verificação da existência de recursos humanos, técnicos, econômicos, materiais e financeiros ociosos ou insuficientemente aproveitados;
- j) a revisão crítica dos objetivos e prioridades dos programas de trabalho.

TÍTULO VIII

Dos Critérios Básicos para Organização e Funcionamento de Entidades de Administração Indireta

Art. 94 — Os atos formais de instituição e organização de entidades de administração indireta, previstas no art. 7.º, sob a forma de regimento, regulamento ou estatuto, obedecerão aos seguintes critérios básicos:

- I. Quanto à forma organizacional:
 - a) instituição de órgãos colegiados de direção superior, de controle econômico e financeiro e de orientação técnica, formados por membros não remunerados, sendo o primeiro desses órgãos presidido pelo titular da Secretaria vinculante da entidade e integrado, entre outros membros, por outro titular de Secretaria interessada funcionalmente no campo de atuação da entidade;
 - b) a admissão, demissão e fixação da duração dos mandatos e diretores e de membros de órgãos colegiados pelo Governador;
 - c) a adoção de técnica e de metodologia de planejamento, organização, contabilidade e controle de custos e administração contábil-financeira adequadamente modernas e atualizadas.

II. Quanto à administração do pessoal:

- a) adoção do regime jurídico da legislação trabalhista, extensível, quando conveniente, às autarquias;
- b) organização dos cargos, funções e empregos em planos estruturados segundo critérios técnicos adequados;
- c) a admissão mediante critérios de seleção ajustados à importância das posições a serem preenchidas, às características do mercado de trabalho e às determinações das leis reguladoras do exercício das profissões;
- d) o fornecimento periódico ao cadastro central de recursos humanos, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, de dados e informações sobre o pessoal a serviço da entidade.

Parágrafo Único — As entidades de administração indireta não incluídas na categoria de sociedades de economia mista poderão gozar dos privilégios e isenções próprios da Fazenda Estadual.

Art. 95 — As entidades da administração indireta relacionar-se-ão diretamente com as Secretarias de Estado, permanentes ou extraordinárias, a que estiverem vinculadas, delas recebendo orientação normativa para consecução de suas finalidades.

Art. 96 — É da competência do colegiado superior da entidade a aprovação prévia de:

- a) planos e programas de trabalho, bem como orçamento de despesas e de investimentos e suas alterações significativas;
- b) intenções de contratação de empréstimos e outras operações que resultem em endividamento;
- c) atos de organização que introduzam alterações de substância no modelo organizacional formal da entidade;
- d) tarifas e tabelas relativas a serviços, produtos e operações de interesse público;
- e) programas e campanhas de divulgação e publicidade;
- f) atos de desapropriação e de alienação;
- g) balanços e demonstrativos de prestação de contas e aplicação de recursos orçamentários e extra-orçamentários.

Parágrafo Único — O dirigente principal da entidade integrará o colegiado como seu Secretário Executivo, cabendo-lhe, nesta capacidade, a implementação das decisões e deliberações do órgão.

Art. 97 — O colegiado superior promoverá, na entidade, o controle contábil e de legitimidade por meio de jornadas de auditoria, de periodicidade e incidência variáveis, sobre os atos administrativos relacionados com despesas, receita, patrimônio, pessoal e material.

§ 1.º — A auditoria, sempre que possível, terá sentido preventivo e será conduzida por meio de auditores independentes, devidamente habilitados, correndo as despesas por conta da entidade.

§ 2.º — Os auditores independentes não poderão auditar a mesma entidade por mais de dois exercícios financeiros seguidos.

TÍTULO IX Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 98 — O provimento pela autoridade competente de posições de chefia deve tomar em consideração a educação formal e a sua afinidade com a posição, a experiência profissional relevante e a capacidade administrativa.

§ 1.º — As indicações, obedecendo as leis reguladoras do exercício das profissões, devem ter caráter transitório, referindo-se, sempre que possível, a objetivos, programas e metas a serem cumpridas pelo indicado.

§ 2.º — Os responsáveis pela implantação ou direção de projetos e de programas de duração superior a dois anos devem sujeitar-se, anualmente, a programas de treinamento formal, por meio de observação ou estágio, conforme cada caso.

Art. 99 — A posição de Diretor-Geral de Secretaria será provida pelo Governador, observando o disposto no artigo 98 e de forma a favorecer a continuidade administrativa na Pasta.

Art. 100 — O Chefe da Casa Civil tem status, deveres e prerrogativas de Secretário de Estado.

Art. 101 — A fixação inicial da estrutura das Secretarias de Estado, a nível departamental e subdepartamental, em consequência desta Lei, não está sujeita ao disposto no artigo 91.

Art. 102 — Os atos administrativos que externem tomada de decisão ou gerem obrigações para o Governo se revestirão de forma especial e serão publicados quando o exigirem a lei e seus regulamentos.

Parágrafo Único — O Governador baixará decreto dispondo sobre a natureza e a forma dos atos administrativos, bem como sobre sua divulgação oficial.

Art. 103 — O Departamento de Trânsito, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, transferirá, de forma gradual, para as Prefeituras as atividades relativas à sinalização e ao disciplinamento do uso, por veículos, do espaço urbano e de seu sistema viário.

Art. 104 — O Governo do Estado agirá, mediante convênio, de forma supletiva juntamente com Prefeituras e entidades sem fins lucrativos, nas atividades de assistência social de indigentes, necessitados e amparo ao menor carente.

Parágrafo Único — O Governo Estadual poderá manter facilidades ou estabelecimento para fins assistenciais, com o propósito de treinar pessoal para essas atividades e fiscalizar o desempenho das Prefeituras convenientes.

Art. 105 — O Governo do Estado promoverá atividades de caráter cultural e artístico em associação com Prefeituras.

Art. 106 — O Governo Estadual procurará, na medida do possível e do interesse das Prefeituras, executar obras para instalação de seus serviços por meio de convênio.

Art. 107 — O Poder Executivo, como instituidor ou acionista majoritário, promoverá a reforma de regimentos, regulamentos e estatutos para introduzir nas normas que organizam as atuais entidades da administração indireta as alterações que se fizerem necessárias à efetivação do disposto nesta Lei.

Art. 108 — Fica o Poder Executivo autorizado, dentro dos limites dos respectivos créditos, a expedir decretos relativos às transferências de dotações do seu orçamento ou de créditos adicionais, até o exercício orçamentário de 1976, requeridas pela execução da presente Lei.

Art. 109 — Fica o Poder Executivo autorizado a promover a consolidação, extinção e remanejamento administrativo e contábil-financeiro de fundos especiais.

Art. 110 — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à consolidação, extinção, fusão e remanejamento administrativo de comissões, grupos de trabalho, grupos tarefas, órgãos colegiados de coordenação, decisão e assessoramento.

Parágrafo Único — Não será remunerada a participação em reuniões de órgãos colegiados de coordenação, decisão e assessoramento.

Art. 111 — Até que os quadros de funcionários sejam ajustados aos dispositivos desta Lei, o pessoal que os integra, sem prejuízo de sua situação funcional, para os efeitos legais, continuará a servir nos órgãos em que estiver lotado, podendo passar a ter exercício, mediante requisição, nos órgãos resultantes de transformação e desdobramento, ou criados em virtude da presente Lei.

Art. 112 — As atribuições do Chefe da Secretaria Particular do Governador do Estado e do Chefe do Gabinete do Vice-Governador do Estado serão fixados por ato do Governador e as de Chefes de Gabinete, de Assessorias Técnicas e de Assessoria de Controle de Resultados nos regulamentos das Secretarias de Estado.

Art. 113 — Todas as unidades, serviços e pessoal encarregados de atividades auxiliares e serviços-meio nas Secretarias de Estado passam ao comando administrativo e técnico do Grupo Setorial afim.

Art. 114 — Com relação às Secretarias de Estado:

I. Ficam extintas as Secretarias de Estado dos Negócios do Governo; do Trabalho e Assistência Social; e o cargo de Secretário Extraordinário para os Assuntos de Planejamento e Coordenação Geral.

II. Ficam criadas as Secretarias de Estado do Planejamento; da Administração; dos Recursos Humanos; e da Indústria e do Comércio.

III. Ficam transformadas a Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas em Secretaria de Estado do Interior; a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça em Secretaria de Estado da Justiça; a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública em Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social; a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda em Secretaria de Estado das Finanças.

IV. Mudam de denominação a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública para Secretaria de Estado da Segurança Pública; a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura para Secretaria de Estado da Agricultura; a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e da Cultura para Secretaria de Estado da Educação e da Cultura; e a Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes para Secretaria de Estado dos Transportes.

§ 1.º — O acervo e os cargos de todos os níveis e regimes existentes nas

Secretarias referidas no inciso I ficam à disposição do Poder Executivo para implantação das Secretarias de Estado criadas ou transformadas por esta Lei.

§ 2.º — Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a transformar cargos do Quadro Único do Estado, para implantar a estrutura de nível departamental e subdepartamental das Secretarias de Estado.

§ 3.º — Consideram-se equivalentes as denominações anteriores das Secretarias de Estado e de seus titulares e as estabelecidas nos incisos III e IV, especialmente para efeito de leis e decretos anteriores e para questões operacionais relativos ao uso de papéis, documentos, carimbos e outras marcas oficiais.

Art. 115 — Ficam extintos os cargos de Secretário de Estado dos Negócios do Governo; e dos Negócios do Trabalho e Assistência Social.

Art. 116 — Ficam criados:

I. Sete (7) cargos de Secretário de Estado, sendo: três (3) cargos de Secretários Extraordinários; um (1) cargo de Secretário de Estado do Planejamento; um (1) cargo de Secretário de Estado da Administração; um (1) cargo de Secretário de Estado dos Recursos Humanos; um (1) cargo de Secretário de Estado da Indústria e do Comércio.

II. Treze (13) cargos de Diretor-Geral de Secretaria de Estado, de provimento em comissão, com vencimentos mensais de Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros).

III. Quatro (4) cargos de Subchefe da Casa Civil, de provimento em comissão, com vencimentos mensais de Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros).

IV. Cincoenta e dois (52) cargos de provimento em comissão de Chefe de Grupo Setorial, símbolo 1-C.

V. Cincoenta e dois (52) cargos de provimento em comissão de Assistente Técnico para exercício nas unidades dos sistemas estruturantes da administração direta, símbolo 2-C.

VI. Três (3) cargos de provimento em comissão de Chefe de Gabinete de Secretário de Estado, símbolo 1-C.

VII. Três (3) cargos de provimento em comissão de Assessor de Imprensa para exercício em Gabinetes de Secretários de Estado, símbolo 3-C.

VIII. Seis (6) cargos de provimento em comissão de Oficial de Gabinete para exercício em Gabinetes de Secretários de Estado, símbolo 6-C.

IX. Treze (13) cargos de provimento em comissão de Chefe de Assessoria para Controle de Resultados, símbolo 1-C.

Parágrafo Único — O servidor regido por regime jurídico diverso do Estatuto dos servidores civis, poderá ser comissionado para o exercício de funções de chefia, direção e assessoramento, sem perder o vínculo empregatício.

Art. 117 — O regime jurídico do pessoal com exercício nas unidades dos sistemas estruturantes da administração direta é o da legislação trabalhista.

Parágrafo Único — Os funcionários de regime estatutário não sofrerão alteração de regime, quando servindo em unidades dos sistemas estruturantes da administração direta.

Art. 118 — Enquanto não se efetivarem as alterações relativas a entidades da administração indireta previstas nesta Lei, elas se vinculam às Secretarias de Estado, conforme se indica:

I. A Secretaria de Estado da Administração:

a) Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Paraná S.A. — CELEPAR.

b) Departamento de Imprensa Oficial do Estado — DIOE.

II. A Secretaria de Estado dos Recursos Humanos:

a) Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná — IPE.

III. A Secretaria de Estado das Finanças:

a) Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO.

b) Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEP.

c) Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL.

IV. A Secretaria de Estado do Planejamento:

a) Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES.

b) Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná — FAMEPAR.

V. A Secretaria de Estado da Agricultura:

a) Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — FITO.

b) Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. — CEASA/PR.

c) Fundação Instituto Agronômico do Paraná — IAPAR.

d) Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — CAFE DO PARANÁ.

e) Companhia Paranaense de Silos e Armazéns — COPASA.

f) Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná — ACARPA.

VI. A Secretaria de Estado da Educação e da Cultura:

a) Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR.

b) Fundação Teatro Guaíra.

c) Superintendência do Ensino Superior — SES.

d) Fundação Universidade Estadual de Londrina.

e) Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa.

f) Fundação Universidade Estadual de Maringá.

g) Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava.

h) Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio.

i) Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho.

j) Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá.

l) Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.

m) Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

n) Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho.

c) Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro — Jacarezinho.

VII. A Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social:

a) Instituto de Assistência ao Menor — IAM.

b) Fundação Hospitalar do Paraná — FHP.

c) Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural — FATR.

d) Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais — FIDES.

VIII. A Secretaria de Estado dos Transportes:

a) Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná — CEFCP.

b) Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina — APPA.

c) Departamento de Estradas de Rodagem — DER.

IX. A Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio:

- a) Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR.
 b) Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas — IBPT.
 c) Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná — IPEM - PR.
 X. A Secretaria de Estado do Interior:
 a) Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR.
 b) Paraná Radifusão S.A.
 c) Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR.
 d) Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR.
 e) Administração de Recursos Hídricos — ARH.
 f) Departamento de Edificações e Obras Especiais — DEOE.

Parágrafo Único — A representação do Estado no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — BRDE fica vinculada à Secretaria de Estado das Finanças e a do Centro de Comércio Exterior do Paraná será feita pela Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio.

Art. 119 — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder o romanejamento e à modernização administrativa de entidades da administração indireta.

§ 1.º — Nos termos do artigo são autorizados, como providência inicial:
 a) a transformação, fusão, extinção ou alteração do regime jurídico das seguintes entidades: Fundação Teatro Guairá; Fundação Hospitalar do Paraná; Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural; Superintendência do Ensino Superior; Fundação Instituto de Terras e Cartografia; Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas; Administração de Recursos Hídricos; Departamento de Edificações e Obras Especiais; Departamento de Estradas de Rodagem; Instituto de Assistência ao Menor; e Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais.

b) a criação de entidades estaduais para pesquisa e exploração mineral; para realização de serviços públicos em associação com municípios; para treinamento, seleção e aperfeiçoamento de recursos humanos; para criação, localização e implantação de distritos industriais; e para as questões do Trabalho.

§ 2.º — Os atos correspondentes às providências previstas no artigo e no parágrafo anterior disporão sobre a destinação do acervo, dos funcionários e empregados para as organizações sucessórias ou outras já existentes no Estado.

Art. 120 — Ficam transformados em órgãos de regime especial, nos termos do inciso III do art. 6.º, desta Lei:

- a) o Colégio Estadual do Paraná subordinado à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura;
 b) a Loteria do Estado subordinada à Secretaria de Estado das Finanças;
 c) a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento;
 d) o Departamento Estadual de Estatística subordinado à Secretaria do Estado do Planejamento;
 e) o Departamento de Trânsito do Paraná subordinado à Secretaria de Estado da Segurança Pública;
 f) o Departamento Estadual de Compras com a denominação de Departamento Estadual de Administração de Material (DEAM), subordinado à Secretaria de Estado da Administração.

§ 1.º — Ficam extintos o Departamento Estadual do Serviço Público; o Departamento de Divulgação do Estado; a Comissão do Planejamento Econômico do Estado (PLADEP); e a Coordenação de Planejamento Estadual, ficando o Poder Executivo autorizado a dispor do acervo e do pessoal dessas organizações para implantação desta Lei podendo, inclusive, extinguir os cargos julgados desnecessários.

§ 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir sob a forma de órgão de regime especial:

- a) o Departamento Estadual de Transporte Oficial (DETO) para funcionar como órgão central de Transporte de autoridades e objetos de interesse do Governo subordinado à Secretaria de Estado da Administração;
 b) o Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, pela transformação do Departamento de Arquivo Público, da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e da Justiça, para atuar como órgão central dessas atividades subordinado à Secretaria de Estado da Administração.

Art. 121 — Fica a cargo da Secretaria de Estado do Planejamento a responsabilidade de planejar, programar e executar de forma ininterrupta a implantação das disposições desta Lei.

Parágrafo único — Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para a Secretaria de Estado do Planejamento atender as despesas decorrentes da implantação desta Lei.

Art. 122 — Para os efeitos legais, as extinções de cargos, órgãos autônomos e de outros regimes e de Secretarias de Estado de que tratam os arts. 114, I, 115 e 120, § 1.º, serão efetivadas com a designação, pelo Governador, dos titulares dos órgãos e das entidades que lhes sucederão.

Art. 123 — Revogando as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, não podendo suas disposições sofrerem alterações no prazo de três (3) anos de sua vigência.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MESSAGE

CG/74

Curitiba, 1.º de outubro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 381.412,00 (trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e doze cruzeiros), destinado a atender despesas referentes a amortizações e juros da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, assim como Despesas com Pessoal das Secretarias do Trabalho e Assistência Social, da Agricultura e da Viação e Obras Públicas, conforme específica.

Como recurso para cobertura do crédito especial cuja autorização para abertura é solicitada a essa Augusta Casa de Leis, é prevista, conforme exige a Lei Federal n.º 4.320, de 24 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro), autorização para o cancelamento de igual importância no vigente Orçamento Geral do Estado.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMÍLIO GOMES
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais no valor total de Cr\$ 381.412,00 (trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e doze cruzeiros) destinados a atender despesas referentes a amortizações e juros da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, assim como Despesas com Pessoal das Secretarias do Trabalho e Assistência Social, da Agricultura e da Viação e Obras Públicas, de acordo com a discriminação abaixo:

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO GOVERNO
 UNIDADE: GABINETE DO SECRETÁRIO — ENTIDADES SUPERVISIONADAS

PROGRAMA: COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUBPROGRAMA: COLONIZAÇÃO

ATIVIDADE: PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ

DOTAÇÃO: 2102.0504.2801

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes	
3.2.7.5 — Fundações Instituídas pelo Poder Público	
03 — Diversas	Cr\$ 25.800,00
4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL	
4.3.0.0 — TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
4.3.7.0 — Contribuições Diversas	
4.3.7.4 — Diversas	
04 — Outras Contribuições	Cr\$ 38.612,00

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO

TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADE: COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

DOTAÇÃO: 3104.0301.2002

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social	Cr\$ 32.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA

UNIDADE: DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: AGROPECUÁRIA

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADE: COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

DOTAÇÃO: 4104.0201.2002

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social	Cr\$ 10.000,00

UNIDADE: INSTITUTO DE DEFESA AO PATRIMÔNIO NATURAL

PROGRAMA: RECURSOS NATURAIS

SUBPROGRAMA: FOMENTO E DEFESA

ATIVIDADE: DEFESA, FOMENTO E FISCALIZAÇÃO DA FLORA E DA FAUNA

DOTAÇÃO: 4105.1407.2141

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social	Cr\$ 7.000,00

UNIDADE: DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

PROGRAMA: AGROPECUÁRIA

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADE: SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

DOTAÇÃO: 4106.0201.2004

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social	Cr\$ 7.000,00

UNIDADE: DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL

PROGRAMA: AGROPECUÁRIA

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADE: SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

DOTAÇÃO: 4107.0201.2004

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social	Cr\$ 5.000,00

UNIDADE: DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: AGROPECUÁRIA

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADE: SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

DOTAÇÃO: 4108.0201.2004

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social	Cr\$ 17.000,00

UNIDADE: DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO E FOMENTO

PROGRAMA: AGROPECUÁRIA

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADE: SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

DOTAÇÃO: 4109.0201.2004

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social	Cr\$ 4.000,00

UNIDADE: FUNDO DE EQUIPAMENTO AGROPECUARIO

PROGRAMA: AGROPECUÁRIA

SUBPROGRAMA: PROMOÇÃO E EXTENSÃO

ATIVIDADE: CONTROLE E DISTRIBUIÇÃO DE AGROPECUARIAS

DOTAÇÃO: 4110.0206.2145

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social	Cr\$ 15.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
 UNIDADE: GABINETE DO SECRETARIO
 PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO
 SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR — EXECUTIVO
 ATIVIDADE: ASSESSORAMENTO SUPERIOR
 DOTAÇÃO: 4201.0104.2001
 3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES
 3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO
 3.1.1.0 — PESSOAL
 3.1.1.1 — Pessoal Civil
 02 — Despesas Variáveis Cr\$ 204.000,00
 3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
 3.2.3.0 — Transferências de Assistência e Previdência Social
 3.2.3.3 — Salário Família Cr\$ 16.000,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura dos créditos de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.494 de 3 de dezembro de 1973.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM — 67/74

Curitiba, 2 de outubro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Entidade Binacional ITAIPU e a Universidade Federal do Paraná, visando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano da cidade de Foz do Iguaçu.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

Convênio de Cooperação Técnica e Financeira que entre si celebram a Entidade Binacional ITAIPU, a Universidade Federal do Paraná, e o Governo do Estado do Paraná, visando à elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano da cidade de Foz do Iguaçu.

A Entidade Binacional ITAIPU, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, José Costa Cavalcanti e por seu Diretor de Coordenação, Carlos A. Facetti doravante denominada ITAIPU, a Universidade Federal do Paraná, neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor, Theodócio Jorge Atherino, doravante denominada UNIVERSIDADE, e o Governo do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, neste ato representado pelo Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Belmiro Valverde Jobim Castor, doravante denominado ESTADO considerando a necessidade de programação dos mecanismos disciplinadores do desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu, tendo em vista, principalmente, a construção da Usina Hidrelétrica de ITAIPU, a conveniência de elaboração de um Plano Diretor visando à implantação, na área daquela cidade, da infra-estrutura e das instalações compatíveis com o apoio ao projeto ITAIPU, bem como a necessidade de equacionamento dos principais problemas da área em tela alinhando diretrizes nos campos físico-territorial, econômico, social e institucional-administrativo, resolvem estabelecer o presente Convênio de cooperação técnica e financeira, regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Constitui objeto do presente Convênio a elaboração, pela UNIVERSIDADE, do Plano de Desenvolvimento Urbano da cidade de Foz do Iguaçu.

CLÁUSULA SEGUNDA — A elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano a que se refere a Cláusula Primeira compreenderá:

1. Levantamento das características urbanas da cidade de Foz do Iguaçu e dos serviços urbanos existentes, identificando suas áreas-problemas, com:
 - 1.1 — Coleta, organização e análise dos dados;
 - 1.2 — Compilação de mapas e fotomosaicos.
2. Estudo do crescimento urbano da cidade de Foz do Iguaçu e suas tendências, abrangendo:
 - 2.1 — Aspectos físico-territoriais da cidade e aspectos naturais da sua região de influência;
 - 2.2 — Aspectos econômicos;
 - 2.3 — Aspectos sócio-demográficos, inclusive projeções da população urbana;
 - 2.4 — Aspectos administrativos e institucionais, com análise das instituições para prestação de serviços urbanos.
3. Inventário de legislação existente.
4. Formulação de diretrizes para o Desenvolvimento Urbano, explicitadas com:
 - 4.1 — Identificação das áreas de Expansão Territorial, incluindo proposta ordenamento e integração de:
 - 4.1.1 — Núcleo urbano;
 - 4.1.2 — Comunidade residencial permanente.
 - 4.2 — Elaboração do Plano de uso do solo, incluindo o zoneamento de:
 - 4.2.1 — Necessidades residenciais,
 - 4.2.2 — Necessidades urbanas,
 - 4.2.3 — Necessidades administrativas e industriais do projeto ITAIPU.
 - 4.3 — Estruturação da Lei de zoneamento e regulamento das edificações.
 - 4.4 — Balizamento para a expansão da infra-estrutura e serviços urbanos, incluindo:
 - 4.4.1 — Sistema de abastecimento de água,
 - 4.4.2 — Sistema de esgotos sanitários,
 - 4.4.3 — Sistema de fornecimento de energia elétrica
 - 4.4.4 — Sistema de comunicações,
 - 4.4.5 — Sistema viário.

4.5 — Definição de programas setoriais e projetos especiais significativos, compreendendo:

- 4.5.1 — Programação,
- 4.5.2 — Distribuição no tempo.

4.6 — Estabelecimento de critérios para controle e avaliação.

Parágrafo Primeiro: — A UNIVERSIDADE obriga-se a realizar os trabalhos discriminados nesta cláusula, no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis a partir da assinatura deste Convênio, submetendo ao ESTADO e à ITAIPU, para aprovação o Relatório Final, englobando texto, mapas, gráficos e tabelas que, uma vez aprovado, será impresso em off-set, com uma cor e encadernação, às expensas da UNIVERSIDADE que entregará a cada uma das partes 25 cópias.

Parágrafo Segundo: — A UNIVERSIDADE executará os serviços objeto do presente Convênio, através de suas unidades dedicadas à pesquisa e ao estudo dos assuntos referentes ao desenvolvimento urbano, com eficiência e esmero de acordo com os melhores padrões técnicos pertinentes, empregando na realização dos mesmos, técnicos de reconhecida capacidade (equipe permanente). Sendo de extrema importância a comunhão de interesses da ITAIPU com os da cidade de Foz do Iguaçu, a Diretoria de Coordenação, como representante da Entidade Binacional, poderá, eventualmente designar um representante, não em caráter de supervisor, mas integrado à equipe de técnicos da UNIVERSIDADE.

CLÁUSULA TERCEIRA — O preço dos serviços de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano a que se referem as Cláusulas Primeira e Segunda é de Cr\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros).

CLÁUSULA QUARTA — Os serviços de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano terão a supervisão do ESTADO, que, para tanto, mobilizará a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral que por sua vez, indicará representantes para o acompanhamento dos trabalhos.

Parágrafo Único: — Fica assegurado à ITAIPU não somente o direito de fiscalização dos trabalhos objeto deste Convênio, senão também o da participação direta nesses trabalhos não decorrendo desse fato, qualquer responsabilidade solidária por eventuais distorções ou falhas que vierem a ser constatadas no Plano de Desenvolvimento Urbano elaborado.

CLÁUSULA QUINTA — Pelos serviços previstos nas Cláusulas Primeira e Segunda a ITAIPU se obriga a participar com recursos de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor total fixado na Cláusula Terceira, cuja liberação será feita, em três parcelas, sendo: a) 30% (trinta por cento) no ato da assinatura deste Convênio; b) 30% (trinta por cento) após decorridos 45 (quarenta e cinco) dias úteis do início efetivo dos trabalhos pela UNIVERSIDADE; c) 40% (quarenta por cento) após a entrega do Relatório Final.

CLÁUSULA SEXTA — Pelos serviços previstos nas Cláusulas Primeira e Segunda o ESTADO se obriga a participar com recursos na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) do valor estabelecido na Cláusula Terceira deste Convênio, cuja liberação obedecerá o mesmo critério fixado para a ITAIPU na Cláusula Quinta e cuja despesa correrá à conta da dotação 2010.0108.2003, item 3.1.4.0 — Encargos Diversos, subitem 3.1.4.0.17 — Acordos e Convênios, empenhada na Contadoria Seccional do Governo do Estado.

Parágrafo Único: — O atraso pelo ESTADO no pagamento dos valores previstos nesta Cláusula não será motivo para a paralisação pela UNIVERSIDADE dos serviços objeto do presente Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA — As importâncias devidas à UNIVERSIDADE, de acordo com o disposto nas Cláusulas Quarta e Quinta, serão depositadas diretamente em conta vinculada no Banco do Brasil S/A, em Curitiba, e será movimentada para os fins previstos neste Convênio, pelo coordenador indicado pela UNIVERSIDADE.

CLÁUSULA OITAVA — O ESTADO e a ITAIPU poderão rescindir, a qualquer tempo, total ou parcialmente este Convênio, se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas e condições por parte da UNIVERSIDADE, ficando assegurada, nessa hipótese, a devolução a ambos, dos saldos dos recursos financeiros referidos nas Cláusulas Quinta e Sexta, destinados à UNIVERSIDADE e não aplicados por esta.

E por estarem justos e de comum acordo, lavrou-se o presente Convênio assinado pelas partes convenientes, na forma da Lei e na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba,

JOSÉ COSTA CAVALCANTI

Diretor Geral da Entidade Binacional ITAIPU

CARLOS A. FACETTI

Diretor de Coordenação da Entidade Binacional ITAIPU

THEODÓCIO JORGE ATHERINO

Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná

BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR

Secretário Extraordinário para o Trato dos Negócios de Planejamento e Coordenação Geral

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Do Senhor Kurt Arthur Schwartze, Cônsul Geral da República Federal da Alemanha, encaminhando carta do seu predecessor Roland Zimmermann, com a qual agradece a honra de ter recebido o título de Cidadão Honorário do Paraná. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor João Carlos B. Kopp, Investigador da Divisão de Investigações Criminais do Estado do Paraná, comunicando a esta Casa estar lotado naquela Divisão, bem como colocando seus préstimos a este Poder Legislativo. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n.º 398/74, do Senhor José Henrique da Silva, 1.º Vice-Presidente, em exercício, da Câmara Municipal de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, comunicando a aprovação de proposição de autoria da Senhora Vereadora Petronilha N. de S. do Prado, da Bancada Arenista, solicitando o encaminhamento daquele expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, reivindicando que se concorre-

tize o objetivo da Confederação Brasileira de Apicultores, criando o Instituto Nacional de Apicultores. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 124/74, do Senhor Antônio Ferreira, Diretor Secretário do Conselho de Representantes dos Professores do Paraná, encaminhando cópia do Ofício n.º 121 daquele Conselho, que comunica aos professores, na cidade de Londrina, enquanto se realizava uma Assembléia devidamente convocada, para prestação de contas da Associação dos Professores do Paraná, 2.ª Região, conturbaram, como costumemente fazem em todo o Paraná, a ordem pública, desrespeitando o Decreto n.º 477. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 343/74, do Senhor Athos Moraes de Castro Vellozo, Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado comunicando que, tendo em vista o afastamento, por motivo de viagem, do Excelentíssimo Senhor Desembargador Edmundo Mercer Júnior, assumiu em data de 25 do mês próximo passado, o exercício daquele cargo. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Resolução nrs. 1568 e 33-74 e dos Projetos de Lei nrs. 564-62, 631-65, 321-68, 428-68, 156-69 e 11-70.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a suspensão da Sessão Plenária de amanhã, quinta-feira, dia 10, em virtude da chegada à nossa Capital, de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Ernesto Geisel.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1974.

(a) Ovídio Franzoni

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, apelo ao Ministro da Previdência Social e Presidente do I.N.P.S., no sentido de que firmem convênio com a Associação Médica Brasileira, criando um Cartão de Crédito para livre consulta, pois somente com essa medida é que poderão ser eliminadas as filas constantes do I.N.P.S., possibilitando, ainda, que o segurado consulte médico de sua preferência.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1974.

(a) Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente.

As instituições previdenciárias vivem o agudo de uma crise, conseqüente de sua própria natureza e das carências sociais brasileiras. Criada para instituir um regime de aposentadorias e pensões, e somando por isso o maior orçamento paralelo da União, nossa Previdência transformou-se, com o decorrer dos anos, num organismo assistencial, especialmente de setor médico, gerando-se aí sua grande problemática, em vista das deficiências hoje notórias, cuja gravidade levou o governo revolucionário inclusive à criação de um Ministério com a específica incumbência de as resolver.

O quadro não se limita ao INPS: organizações estaduais, criadas à imagem dessa instituição, debatem-se com problemas idênticos. Por isso é alentador, e digno de registro, verificar que, aqui no Paraná, o IPE — Instituto de Previdência do Estado, conseguiu, graças da boa administração, evoluir sensivelmente em sua tarefa assistencial, neste último ano, sem comprometimento de sua viabilidade econômica em outros setores.

Temos em mãos o relatório de atividades do IPE, nos últimos 365 dias, documento que consagra a administração de seu Superintendente, Doutor José Maria de Azevedo. Entre as inúmeras inovações e ampliações de serviços assistenciais, algumas exigiram investimentos de fôlego, sem que isso compromettesse a finalidade maior da instituição, que é previdenciária.

Neste último ano o IPE interiorizou-se, através da criação de 57 novas agências, dando ao servidor do interior as mesmas oportunidades de atendimento dos residentes em Curitiba.

Cinco milhões de cruzeiros foram concedidos pelo IPE ao servidor, a título de empréstimo simples; 1.236 funcionários se beneficiaram de empréstimos hospitalares, somando quatrocentos e setenta mil cruzeiros. No setor habitacional 133 casas estão sendo construídas no núcleo residencial Presidente Castelo Branco e centenas de empréstimos hipotecários foram liberados. No setor previdenciário, pensionistas têm recebido seus pagamentos religiosamente cada dia primeiro, fato possível graças à desburocratização que emperrava o IPE e à contratação da CELEPAR para confecção das folhas.

Mas foi na parte de assistência à sanidade física do servidor que a atual administração do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná mais se destacou.

Primeiro, com a nova localização da Farmácia Central, onde o funcionário adquire remédios a preço de custo. E mais, com implantação de modernos serviços de Prevenção ao Câncer, reaparelhamento dos setores de cardiologia, radiologia laboratórios de análises, centro cirúrgico, plantão médico para atendimento diuturno, e criação de um terceiro turno odontológico, com serviços de plantão e cirurgia. Destaque-se que o novo fluxograma de trabalho acabou com as filas no IPE, através de um sistema de consultas pré-marcadas.

O relatório que tivemos satisfação de ler, encaminhamos junto a este, à Mesa, para que dele tomem conhecimento, em detalhes, todos os Senhores Deputados.

Em vista desse quadro animador, propomos, ouvida a Casa, consigne-se na Ata de nossos trabalhos, um voto de louvor e incentivo ao Doutor José Maria de Azevedo e a toda sua equipe auxiliar pelo excelente trabalho que desempenham no interesse do servidor público paranaense.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1974.

(a) Erondy Silvério

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domicio Scaramella, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Com satisfação, ouvimos, hoje, o pronunciamento, no horário cedido pela Justiça Eleitoral, feito pelo nobre Deputado Gilberto Carvalho. Ouvimos com muita atenção esse pronunciamento como é obrigação nossa, como homem público, assim como ouvimos os pronunciamentos feitos por todos os candidatos, quer da ARENA, quer do MDB. Ficamos satisfeitos quando o Ilustre Deputado

Gilberto Carvalho abordou diversos assuntos de interesse da coletividade paranaense. E quero, aqui, referir-me a alguns tópicos desse pronunciamento feito pelo nobre Deputado Gilberto Carvalho, Deputado que já nos honrou, em épocas passadas pertencendo, como nós, às fileiras do extinto PTB. Fui, neste instante, fazer referência aos problemas dos funcionários públicos, da Assembléia e de todo o Estado, principalmente ao problema das Senhoras serventes, que, há poucos dias atrás, S. Exa. o Sr. Governador do Estado resolveu. Mas gostaria que o Ilustre Deputado Gilberto Carvalho nos esclarecesse se essas Senhoras serventes foram colocadas no Serviço Público do Estado ou de homens que pertenceram às fileiras do MDB, ou às fileiras da ARENA?

S. Exa. declarou que o problema era angustiante, mas quero lembrar que aqui desta Tribuna muitos Deputados da ARENA e nossa modesta pessoa que representa o MDB e mais alguns Deputados do MDB, também apelaram a S. Exa. o Sr. Governador, inclusive com ameaças, não só ao atual Governador mas também aos anteriores, que estavam desrespeitando a Constituição Federal, as leis federais. Felizmente foi resolvido em parte o problema angustiante das Senhoras serventes. Deixo aqui esse lembrete perguntando ao Ilustre Deputado em que época foram colocadas no Governo essas Sras. Serventes, porque há mais de 11 anos eu conheço esse problema das Serventes.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eminente Deputado, V. Exa. é um colega que muito me honra. V. Exa. foi Prefeito de União da Vitória na mesma época em que eu também era Prefeito. Pertencemos ao mesmo Partido no passado.

Fui hoje a um Canal de Televisão fazer um pronunciamento e foi com muita propriedade quando fiz referência que se critica muito o Governo, dizendo que não há liberdade de imprensa, que ninguém pode falar, o que não é verdade, porque V. Exa. tem visto que se fala até o que não se deve. Temos acompanhado os pronunciamentos feitos na televisão. Disse também que existem falhas no Governo e que nós os homens da ARENA, notamos as falhas, quando elas existem, e apresentamos as medidas saneadoras. São críticas construtivas, como por exemplo no caso das serventes. Foram nomeadas as serventes — eu não era ainda Deputado — aliás, elas não foram nomeadas. Houve falta de serventes e como não houve concurso para o preenchimento das vagas, no Governo Paulo Pimentel, elas foram contratadas, ou recebidas. Veio passando o tempo se não me engano foi na época em que era Secretário de Educação o atual Secretário de Educação. Várias vezes fizemos pronunciamentos desta Tribuna, até que recebemos convite da Associação de Londrina, para uma conferência com as serventes. Antes de aceitar o convite, fui ao Secretário de Educação e pedi que me desse um assessor, porque não iria a Londrina fazer promessas, mas expus meu ponto de vista ao Sr. Secretário, e ele concordando comigo mandou um assessor para me acompanhar. Fizemos o pronunciamento, prometemos defender os interesses das serventes o salário família, serem vinculadas ao IPE, férias, 12 meses de vencimentos. E está aí o resultado. Não quero captar isso aí como trabalho só meu. Porque houve vários pronunciamentos, eu mesmo fui apartado várias vezes, tanto que quando falei, não disse que foi o MDB que fez a nomeação mas critiquei o MDB pela atuação que vem desempenhando, quando culpa o Governo por essa crise em que vivemos. Porque acho que o MDB não vai solucionar o problema do petróleo, o MDB sabe bem que quando se plantou soja, o preço do soja era de 36 cruzeiros o saco e aos que se dirigiam ao Banco do Brasil havia uma recomendação que não plantassem 100% do soja, porque a situação nos Estados Unidos estava normalizada e a nossa produção corresponde a 10% do que os Estados Unidos produzem. Muitos foram ao Banco do Brasil pleitear financiamento e quando não conseguiram 100% foram aos bancos particulares e conseguiram. Quando chegou junho, venceu o financiamento. Resultado: tiveram que vender para cobrir o financiamento. Mas aqueles que arranjaram financiamento no Banco do Brasil, não tiveram que vender que jogar fora o produto. Outros foram às cooperativas que tiveram cobertura do Governo Federal, com possibilidade até das cooperativas conseguirem negociar no exterior o que possibilitou a melhora do preço do soja agora neste momento.

Erão essas as referências que queria fazer. Acho que quem faz o partido é o homem, não é o partido que faz o homem. Pertenci ao Partido Trabalhista. Lembro-me quando Amaury Silva, quando encontrei com ele em Londrina quando estava para ir para o Ministério. Disse a ele que seria o fim, porque lá era um antro de comunismo. Tem ainda um resto lá, acho que ainda não fizeram a limpeza geral que devem fazer na previdência social. Por isso é que continuam essas filas que nós combatemos e estou apresentando Requerimento à Casa fazendo um apelo ao Ministro da Previdência Social e Presidente do INPS, para que crie o cartão de crédito, crédito de consulta, em convênio com a Associação Médica, possibilitando que os assegurados possam se dirigir a qualquer médico e fazer a consulta. Concordo com o MDB naquilo que está errado no Governo, mas não posso concordar quando aparece uma demagogia, como no caso de dizer que o Governo é corrupto, porque deu só 10% de aumento se no orçamento do Estado o Governo aplicou 60% do orçamento que era possível, e que não podia fazer mais, só se houver na realidade o milagre, como mencionava o nosso amigo, o nosso colega desta Casa, o nosso colega Sebastião Rodrigues Júnior, só se houver o milagre, só 60% fazer tudo. Era esse o aparte muito obrigado pela atenção, desculpe eu ter me alongado muito.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte, o qual tive a honra de conceder, e aqui vai um parêntese de nossa parte a V. Exa. é bom que haja o diálogo porque nós Deputados cada vez que se passam os dias, nós aprenderemos com o diálogo aqui permanente. Queria lembrar ao Ilustre Deputado, que com referência a liberdade de imprensa, tenho a impressão que alguns dos Srs. candidatos tem se referido a isto. Eu até esta data não me referi, porque ainda existem partes da liberdade da imprensa. Agora, peço a Deus neste instante e que fique constando de Ata que se o MDB crescer no Brasil e no Paraná, que não seja usado o Ato Institucional n.º 5 por S. Exa. o Sr. Presidente da República. É muito perigoso, pode acontecer isso no futuro e eu peço a Deus que nos ilumine para que isto não aconteça. Quero lembrar ainda a V. Exa. que com referência ao problema das serventes eu não vim aqui achar que V. Exa. quis tomar para si este problema que foi resolvido pelo Sr. Governador do Estado. Eu só lembrei do que aconteceu, que as Senhoras serventes não foram colocadas no Estado por elementos que pertencem aqui às fileiras do MDB. Tenho a impressão que naquela ocasião quando o ex-Governador, hoje Ministro da Educação, o Ilustre Ney Braga, o ex-Governador Paulo Pimentel, foram colocadas muitas das Serventes, muitas para cabos eleitorais políticos. Conheço a política do Paraná, milito nela há 28 anos. E o Sr. vai me apoiar nesse ponto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Aparte

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Só um pouquinho, com licença, com muito prazer darei o aparte ao nobre Deputado Erondy Silvério.

Então, não quero dizer que V. Exa. quer levar o mérito para V. Exa. de

ter resolvido o problema das Serventes, porque todos os Sr. Deputados lutaram, é um caso humano, justo, não é justo que as Serventes há mais de 12 anos trabalhando no Estado, não tenham estabilidade de emprego, não tenham salário família, não tenham assistência social e todos nós debatemos e o Governador do Estado não fez mais nada nem mesmo cumprir fazendo justiça a este ponto. Com referência ao soja, é um problema que nós não vamos resolver. Só que acontece com referência ao soja, eu também conheço bem o problema e que nunca o debati nesta Tribuna, mas que eu conheço na minha região agricultores que tiraram financiamento do Banco do Brasil e venderam a saca de soja a 50 cruzeiros e que a 20 ou 30 dias depois foi vendida não sei se foi aos trustes internacionais, que infelizmente o Brasil está desgraçado com esse negócio de truste internacional, infelizmente está desgraçado, venderam a 90 ou 100 cruzeiros. Estes dois pontos que eu respondo a V. Exa.: com referência ao soja e no decorrer do meu pronunciamento, quero falar com referência ao Sandu, os postos extintos do Sandu pelo atual Governo, foi o maior crime que o Governo Federal fez contra a coletividade brasileira. Quero falar sobre o INPS sobre o IAPI, eu vou conceder o aparte agora ao nobre Deputado Erondy Silvério, com muita honra e eu vou procurar, dentro do nosso pronunciamento, esclarecer o assunto à Casa.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a V. Exa. a oportunidade do aparte e não quero de forma nenhuma interromper o discurso de V. Exa., que é realmente interessante. Acharmos que o MDB está cumprindo com o seu papel histórico nesta transação da vida política brasileira. O Governo da Revolução houve por bem deixar que funcionassem dois Partidos. O Partido que lhe dá sustentação legislativa, que é o da ARENA, o dito Partido do Governo. E o do MDB que é o Partido da oposição, e onde devem inscrever-se aqueles homens que não concordam com as diretrizes do Governo da Revolução, com os quatro Governos da Revolução que governaram o País até a presente data. Acho válida, perfeitamente válida, a função do MDB está cumprindo com o seu papel. A oposição é necessária, a crítica é necessária, o Governo tem erro sem conta. Da nossa mesma Tribuna que V. Exa. ocupa com tanto brilho, já tive a oportunidade de denunciar diversos erros do Governo de clamar contra desacertos da administração, por parte do Governo do Estado, não só do Governo do Estado como da própria administração federal. Então, como vê V. Exa., nem sempre a ARENA pode dizer amém, nem sempre o Partido da ARENA pode ser classificado como sendo relevante nem sempre o Deputado da ARENA bate palmas ao Governo quando alguma coisa está errada. Porque existem na ARENA Deputados que representam com dignidade o povo do Paraná. Não quero, absolutamente, entrar no mérito da campanha que o MDB vem movendo contra o Governo do Estado e da União. Acho que os desacertos da oposição são marcantes. A oposição culpa o Governo por todos os males que existem no País. O que é errado. Segundo o meu ponto de vista, nem toda a culpa cabe ao Governo, nem tudo aquilo que está errado pode ser atribuído ao Governo.

A situação econômica do País é uma situação que independe de uma ação direta do Governo Federal. Sabemos que uma conjuntura internacional, que é cíclica esta crise. De 20 em 20, de 30 em 30 anos, aqueles que dedicam algumas horas ao estudo da economia, sabem perfeitamente que isto ocorre periodicamente. Que o mundo passa por uma depressão econômica. É o excesso de produção contra uma diminuição de consumo. Se nós formos debater este assunto, vou tomar toda a Hora do Expediente de V. Exa., V. Exa. não poderá desenvolver o seu brilhante discurso. Então deixaremos para uma outra oportunidade, talvez depois das eleições. Talvez no espaço inerente a 15 de novembro e cinco de dezembro, que é o encerramento do nosso período legislativo. Eu posso debater com V. Exa. e com qualquer membro da sua Bancada, este problema de ordem econômica, que eu, graças a Deus, estudo e conheço perfeitamente, e que domino bem. Modéstia à parte.

Não vou querer entrar no problema porque se o MDB fosse Governo não resolveria absolutamente nada, em relação à situação econômica do País.

Também vamos deixar de pessimismo. O desenvolvimento requer uma boa dose de confiança, e o Brasil está numa fase de desenvolvimento extraordinária. Precisando da confiança de todos os seus filhos, sejam eles da Oposição ou do Governo, para que cumpramos com o nosso papel na história da economia mundial.

O Brasil é o celeiro do mundo, é o País do futuro, queira ou não queiram os pessimistas, nós haveremos de alcançar aquela trilha a que nos propomos, a fim de legarmos às gerações que nos sucederão, um País forte, um País unido, um País economicamente potente. Que faça sentir a sua voz no conceito das demais Nações do Universo. Então o apelo que faço neste instante ao MDB, é para que afaste do povo brasileiro esta cnda de pessimismo. Os dias são difíceis mas nós haveremos de superá-los, porque a vontade do povo brasileiro é inquebrantável. Até a tenacidade do povo brasileiro já foi posta em prova em diversas oportunidades. Nesta oportunidade em que V. Exa. me concede o aparte, quero que V. Exa. retifique o conceito que faz do ex-Governador Paulo Pimentel. O nobre Deputado Gilberto Carvalho por favor não inclua o nome de Paulo Pimentel. Foi o maior Governo que conheceu o Paraná. Um Governo aberto, um Governo cheio de otimismo, um Governo que não perseguiu ninguém, um Governo que não criou grupinhos, um Governo que não fez mazelas, um Governo que administrou de portas abertas, um Governo que deu a maior época de tranquilidade ao Paraná, um Governo que, como já disse não criou grupinhos que hoje mandam no Governo. Foi um Governo que abriu as portas a todos os paranaenses e a todos os brasileiros que aqui quiseram vir trabalhar para o engrandecimento do Paraná.

O Sr. Paulo Pimentel não é culpado pela situação das Serventes, como se quer fazer sentir, através das palavras de V. Exa. e do Sr. Gilberto Carvalho. O que aconteceu foi que o Governo resolveu adotar uma nova linha na administração do Estado e em alguns setores funcionou. Temos o exemplo da Assembleia Legislativa que em vez de contratar serventes contratou uma firma, uma entidade privada para que fosse encarregada da limpeza e conservação do prédio e parece que vem funcionando a contento. O Palácio Iguaçu, da mesma forma, entregou a uma firma o serviço de limpeza e conservação. O Governo assim livrou-se do ônus de admitir Serventes e conceder vantagens que a lei e o Estatuto do Funcionalismo Público concedem aos funcionários. Foi uma experiência.

No Governo Paulo Pimentel deferiu-se às Diretoras dos Estabelecimentos de Ensino uma importância para que com a mesma procedessem à conservação e limpeza dos prédios. Dos Estabelecimentos de Ensino sob sua responsabilidade. Mas houve infelizmente um desvirtuamento desta filosofia do Governo. As Diretoras dos Estabelecimentos de Ensino, talvez por sugestão do Secretário de Educação da época, que por sinal é o mesmo Secretário que hoje ocupa aquela Pasta, começaram a admitir serventes, dando-lhes o título de que eram contratadas do Estado. Fizeram admissões atendendo mais caráter político que econômico e o que se viu foi o caos. Obrigavam as Senhoras Serventes a trabalharem 6 ou 8 horas por dia, com pagamento inferior ao que

manda a lei, que determina que ninguém pode trabalhar senão por um salário estabelecido em lei. Mas a maioria percebe menos que o salário mínimo. O que acontece é que todos os Deputados, tanto do MDB como da ARENA compraram esta briga do Governo, e vários pronunciamentos se fizeram no sentido de que o Governo desse tratamento humano às Senhoras Serventes. Parece que o Governo considerou a situação de fato existente e baixou a legislação que protege as Serventes. Mas o que houve não foi nomeação de Serventes transformadas em cabos eleitorais. Foi depois que Paulo Pimentel elegeu-se Governador que se adotou a prática de destinar uma importância a cada Estabelecimento de Ensino para a conservação e limpeza do prédio. Ao invés das Diretoras atenderem ao caráter técnico prioritário do Governo, atenderam o caráter político do Sr. Secretário de Educação. Então, aconteceu o que está aí. Se culpa cabe a alguém, não é a Paulo Pimentel, mas ao Sr. Secretário de Educação da época, que, hoje, infelizmente é o mesmo.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Ilustre Deputado Erondy Silvério. V. Exa. é um dos grandes conhecedores dos problemas do Estado, e nós o respeitamos. Neste debate só me referi a Governos passados, porque o ilustre Deputado Gilberto Carvalho, em seu pronunciamento, falou do excesso de funcionários, do número elevado de funcionários que existe na Assembleia, no Governo e também se referiu ao problema das Serventes. Mas quero deixar bem claro que o fato de se ter colocado essas Serventes a serviço do Estado não foi devido a nenhum elemento do MDB, mas sim se deveu a dois ex-Governadores: Ney Braga e Paulo Pimentel. Portanto, não foram elementos do MDB que colocaram as Serventes a serviço do Estado. Mas, como bem disse V. Exa., grande culpa cabe a Sr. Secretário de Educação, nosso Colega de Assembleia. Conheço bem esse problema pré-eleitoral, antes das eleições de 70, usaram a máquina governamental para colocarem as Serventes inclusive, poderia mencionar nomes dos implicados nesse problema na minha região. Mas, na minha simplicidade, não quero pichar ninguém, mas foram esses dois Governadores que mencionei que colocaram as Serventes e as deixaram, com 11 ou 12 anos, sem estabilidade funcional.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Parece que V. Exa. não entendeu bem o sentido de meu aparte. O que o Sr. Paulo Pimentel fez foi inovações nos métodos de administração. Foi, durante seu Governo, destinado uma verba mensal a cada estabelecimento de ensino para limpeza, e creio que isso seria benéfico para o Estado se fosse seguido à risca. Então, não se pode responsabilizar o Sr. Paulo Pimentel por atos que um Secretário incapaz e politiquês praticou.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Que se fizesse contratos com firmas para prestação de serviços, e não se colocasse serem humanos para prestação desses serviços sem terem direito a nada. Porque, esta Casa funciona com firma contratada para fazer a limpeza, o mesmo ocorre no Palácio do Governo, é isto também poderia acontecer nos estabelecimentos de ensino, mas só na minha Região, foram contratadas mais de 150 Serventes. Então, o problema é esse.

Agora, com referência ao que V. Exa. falou, Deputado Erondy Silvério, que tem muitos Deputados da ARENA que não são espinha mole, que não estão aqui para dizerem "amém" a tudo o que o Governo faz, concordo com V. Exa. Mas, quero lembrar que poucos Deputados, ou elementos do MDB tem responsabilidade nas administrações passadas.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Antes de conceder o aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho, quero lembrar um ponto que destaquei no meu pronunciamento de ontem e que se refere ao extinto SANDU e que é uma preocupação de todos os brasileiros. Concedo o aparte ao Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado, não quis de maneira alguma ofender a administração de Paulo Pimentel. Porque, V. Exa. perguntou em que época foram contratadas essas Serventes e eu disse que havia sido no Governo do Sr. Paulo Pimentel. Mas, foi uma medida de emergência, válida na época, porque, como disse o nobre Deputado Erondy Silvério foi autorizada às Diretoras que contratasse as Serventes, e posteriormente elas seriam regulamentadas. Mas, o tempo foi passando e nada disso aconteceu.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Há mais de doze anos persiste essa situação.

O Sr. Gilberto Carvalho — Quero deixar bem claro que o Governo de Paulo Pimentel foi um dos maiores que o Paraná já teve. Eu era Prefeito Municipal na época e lá estão as obras realizadas no meu mandato. Mas, não fiz referência ao MDB ou ARENA, porque naquela época, em muitas cidades, havia composição. E, agora, falando de ARENA e MDB, quero lembrar que na época de Castelo Branco a política municipalista adotada possibilitou às Prefeituras se equiparem com melhores recursos do ICM. Eu também peguei esse tempo, tempo de retorno do ICM. V. Exa. disse da preocupação, se cresceu muito no MDB, com respeito ao funcionamento do AI-5. Tenho medo. Na realidade tenho preocupação, porque está faltando um pouco de cuidado ao MDB para a seleção de candidatos. Vou citar aqui um exemplo, porque acho que temos que fazer uma campanha, pensando em vencer as eleições para prestar depois de eleitos, nossa contribuição ao desenvolvimento do Estado e desenvolvimento do País. Na escolha dos candidatos, pude notar, por exemplo, um candidato que tem só o segundo ano primário e que não tem condições — posso provar — mas essa pessoa foi escolhida por que vem disputando eleições já por 3 ou 4 vezes no Município, sempre perdendo, mas tem lá 900 ou mil votos. Então, o MDB para captar esses votos, convidou essa pessoa e o pobre coitado teve que vender sua propriedade para poder concorrer. Para dar esses 800 ou mil votos para o MDB. Já pensou V. Exa., se eleita essa pessoa, como poderá ela elaborar projetos de lei, organizar e pensar em termos de desenvolvimento do País? Então acho que aí deve haver mais cuidado na escolha dos candidatos.

Vejamos bem, nobre Deputado, a preocupação e a nossa posição no Paraná hoje. V. Exa. ouviu quando falei no Canal 6, o que era o Paraná há 10 ou 20 anos atrás e o que é o Paraná hoje. O desenvolvimento, a comunicação, o saneamento. Veja bem V. Exa., que no Governo passado, nós praticamente não tínhamos ninguém no Governo Federal. Hoje estamos com vários homens representando nosso Estado na administração federal. Veja V. Exa. o que foi carreado para o Paraná, citando como exemplo, Londrina, onde o Prefeito é do MDB, — não está havendo discriminação — mas só pensando em desenvolvimento e trazendo recursos para nosso Estado. Essa é a situação.

Já que vamos para uma campanha, gostei do pronunciamento, da posição de V. Exa. que é uma posição correta. É um candidato da oposição falando, defendendo o SANDU. É preciso melhorar a situação dos postos, a desconcentração que está saindo, e que virá substituir muito bem o Sandu. Porque existiam muitas falhas, o Sandu funcionava bem em União da Vitória, como disse V. Exa., mas não funcionava em outras cidades. É preciso corrigir isso.

Era o que eu queria dizer a V. Exa., agradecendo a permissão para o aparte.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço novamente o aparte com que V. Exa. me honrou e quero agora me deter no seguinte: só mais um ponto, com referência às Serventes em número superior a 5 mil. V. Exa. falou no saudoso Presidente Castelo Branco, com meus respeito, porque tive a honra, na época, de ser Presidente da Associação Paranaense dos Municípios, quando S. Exa. teve a coragem de criar o ICM no Brasil, que foi o ato que libertou os Srs. Prefeitos — era Prefeito na época assim como V. Exa. — da chibata dos ex-Governadores que transavam e até hoje estão transando com o Artigo 20. Daqui há 20 dias farei uma denúncia contra um homem do Governo, que pertenceu ao Governo do Paraná na época, que deu procurações frias e que hoje o Governo esquematizou o pagamento do Artigo 20.

Tive a honra de deixar o Município de União da Vitória com um saldo de 895 mil cruzeiros.

Ainda não apresentei aqui um projeto para que fosse colocado um busto em cada Município do Estado do Paraná, em homenagem ao maior municipalista brasileiro, que foi o saudoso Presidente Castelo Branco. Não apresentei porque achei que não era oportuno antes das eleições de 74, e talvez alguns criticassem que eu estava temendo o AI-5, ou qualquer coisa, então teria que manejar a situação. Acho que será justa que se fará ao maior municipalista brasileiro que libertou os Municípios das garras dos ex-Governadores.

Agora, V. Exa. falou com referência a candidatos do MDB. Que o MDB deveria selecionar candidatos. Eu até aí, até um ponto, eu vou com V. Exa., mas para ser candidato do MDB hoje é preciso ter coragem para enfrentar as urnas como candidato. Ainda precisa, mas talvez em 78 não precise mais, então há dificuldade, houve dificuldade do MDB registrar o número que daria para ser registrado, o número seria de 108 candidatos à Assembleia. Registrou 55. Mas com referência ao que V. Exa. falou, ao curso de candidatos ao estudo de candidaturas. Eu até aí não sei o que deveria responder a V. Exa. Não é que eu queira aqui me humilhar ou fazer demagogia, eu só tenho o curso primário e infelizmente não sou um orador, talvez não sei pronunciar o português, mas tenho correspondido em todos os meus atos que já fui Prefeito por minha cidade, por duas vezes, Vereador, Deputado 3 e se Deus quiser é a quarta, representei inclusive o Paraná na Associação Brasileira dos Municípios não é só o Estado que resolve. Não quero menosprezar os Senhores.

O Sr. Gilberto Carvalho — Um pequeno aparte. Não pode comparar isso agora. V. Exa. que é um homem vivido no comércio, já esteve numa Prefeitura, conhece a vida pública. Esta referência que eu fiz não vou citar o nome. V. Exa. sabe quem é, um pobre coitado que sai da zona rural e que não tem condições nenhuma para nada. Eu não quis fazer referência ao que tem que ter o curso. Em absoluto. Tem muitos que não tem nenhum curso mas tem a experiência da vida. Tem uma vivência e sabe como se conduzir.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Mas, Deputado, nós devemos nos congratular que um cidadão residente no interior e que não tenha nível superior e que se proponha a lutar para conservar a democracia no Brasil, que tem seu nome, que lute, ele hoje poderá não alcançar, mil votos, dois mil votos, três mil amanhã poderá ser Vereador poderá ser um Prefeito na sua cidade e nós devemos até elogiar a coragem do cidadão em enfrentar as urnas porque nós precisamos de homens de todas as categorias nos Poderes Legislativo e Executivo que tenham conhecimento, que tenham boas intenções que procurem desincumbir-se da sua missão, eu não acho aí defeito. Eu só queria lembrar que não tenho curso nenhum, tenho apenas o quarto primário. Agora V. Exa. Deputado, falou em progresso. Eu respeito o progresso de nosso País, mas o progresso que se tem feito é um progresso natural. É um progresso que vem vindo dos Governos passados. Quero lembrar neste instante e com o maior respeito a todos os ex-Presidentes da República a todos os ex-Governadores dos Estados. Quero lembrar a V. Exa., V. Exa. conhece muito bem os problemas do Paraná e do Brasil, como nós todos temos a obrigação como homens públicos, de conhecer, mas se existe uma grande parte do progresso do nosso País, do nosso Estado, principalmente aqui no Paraná, devemos o grande progresso o progresso que não dá para justificar é a Copel, a Copel foi criada no Governo do saudoso Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, no Governo que teve a honra de ser Deputado, foi um órgão, uma companhia mista que foi criada e que veio trazer grandes e grandes benefícios ao Estado do Paraná e que não é obra de Governo nem do atual nem do Governo Paulo Pimentel, e nem do Governo Ney Braga, é uma companhia mista que os ex-Governadores tiveram a felicidade começando pelo Governador Ney Braga, de nomear o Presidente, não vai aqui confeti ao atual Presidente da Copel, porque eu não estou acostumado a jogar confeti, mas é preciso que se faça justiça, o Governador teve a felicidade de escolher o saudoso Governador Pedro Parigot de Souza e que depois deixou um seu sucessor, o atual Presidente da Copel e que a companhia mista progrediu. Nós temos também o problema da Petrobrás no Brasil. A Petrobrás foi criada pelo saudoso Presidente Vargas, que eu não guardei na memória o número do seu Decreto. Foi criada há mais de 20 anos, se não me falha a memória, a Petrobrás, no dia 3 de outubro de 1954, parece-me que foi criada pelo saudoso Presidente Vargas e que está trazendo benefícios imensos ao País, haja visto o que temos aqui em Araucária. Isto vai trazer um desenvolvimento, um progresso ao Paraná que não vai justificar, mas não é problema de Governo do Estado é problema que vem de Governos passados que deixaram a Eletrobrás, quem foi que criou a Eletrobrás? Foi o saudoso Presidente Getúlio Vargas. Quem é que criou o Geia? O Grupo Econômico Automotobilístico do Brasil, que deu a estrutura para a fabricação de veículos nacionais, para a indústria nacional de veículos. Então, são coisas que vem vindo. Então não é só o Governo de 64 para cá que vem desenvolvendo, o desenvolvimento é coisa natural das coisas. Pagando um Município que não tem condições de desenvolver, não desenvolve nem com todo o apoio do Governo, mas pague um Município que tem condições, ele desenvolve. Hoje tem um prefeito ruim, ou amanhã tem um prefeito bom, vai progredindo, o que é normal.

O Sr. Gilberto Carvalho — Permite mais um aparte? Não há dúvida que todas, principalmente as leis sociais criadas no Governo Getúlio Vargas, mas o que se tentava logo em seguida era desvirtuar tudo aquilo e V. Exa. bem sabe que a Petrobrás deu uma arrancada e não faz muito tempo, foi de 64 para cá. Tudo o que foi feito naquela época, as intenções eram das melhores, mas com a saída de Getúlio Vargas tentavam o desvirtuamento e estava indo para outro caminho, ninguém pode negar.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — A intenção foi boa do ex-Presidente, os homens é que são os responsáveis pela sua continuidade. Referindo-me ao SANDU com o meu maior respeito aos Governos passados, antes de 64, foram criados postos do SANDU no Paraná, e eu, Prefeito na época, de União da Vitória, assinei um convênio com o órgão. A Prefeitura pagava o aluguel do prédio, luz, telefone, abastecimento de água etc. Este posto dava atendi-

mento a mais de três mil pessoas por mês. Eram atendidos tanto indigentes, pessoas em más condições financeiras, fosse quem fosse, batesse às portas do SANDU, eram atendido. Então, era um órgão que trouxe benefícios à coletividade. Nós tivemos a honra de instalar oito no Paraná, no Governo em que nós pertencemos. Não sei porque, cargas d'água, o Governo Federal su-
priu.

Temos o INPS. Na época, em União da Vitória tivemos a felicidade pela nossa influência política, de trazer à União da Vitória a agência do IAPI que foi inaugurada antes de 64 e que hoje tem lá funcionando, a Agência do INPS, mas que tem um problema. Sexta-feira depois das 18 horas não pode ficar doente. Só é atendido segunda-feira depois das nove horas. Então, eu pergunto: O contribuinte do INPS é só atendido os contribuintes. Não é mais toda a população. Então eu pergunto: O filho do operário, a esposa do operário, fica doente, não tem condições e não pode consultar porque a consulta V. Exa. sabe, o quanto custa. Já abordei nos meus pronunciamentos, e está aqui o meu Requerimento, sugerindo ao Governo Federal, órgão responsável, que elabore atendimentos por consultas, como tínhamos os Sindicatos anteriormente que atendiam os associados por consultas que eram pagas. Não quero criticar os Srs. médicos nomeados ou contratados do INPS, mas isso é uma vergonha. Conheço médicos na minha região que quando chega um associado do INPS ele pergunta: O que é que quer? O que é que dói? E dá a receita. Isso não justifica.

Então, este mesmo médico, recebendo "X"p ela consulta, não interessa quanto o Governo vai estipular, ele vai atender com carinho este ser humano, vai tratar dele para que ele volte novamente o dia que precisar. E assim, eu conheço problema inclusive, elementos de minha família que chega lá e o médico simplesmente pergunta, "O que é que dói?" Dá a receita e manda o doente embora. O cidadão não pode muitas vezes nem comprar o remédio. Então a minha sugestão é sobre as consultas, consultas pagas pelo Instituto ao médico consultado. Então tem 15, 20 médicos na cidade. O cliente vai escolher o médico e paga a consulta, não tem que fazer fila, como aqui em Curitiba, que é uma vergonha. O contribuinte do INPS tem que ficar 12, 14 horas para consultar, e depois quando chega no número 12, não estou muito a par do assunto, cerrou as portas, não consulta mais, tem que ficar o doente para esperar o outro dia para poder ser atendido. A doença não espera, então este foi o motivo do erro do Governo, porque esta é uma crítica construtiva. Se não quer dar atendimento ao contribuinte, o que acontece. As pessoas necessitam do INPS, fazem 250 quilômetros em estradas péssimas, porque não tem estrada felizmente, em União da Vitória a estrada que vai a Pato Branco. O doente vem à União da Vitória, sem recursos, nem para pagar um hotel, e volta a Pato Branco sem ser atendido. Isto tem acontecido, constantemente, eu vou à minha região, fico lá três dias por semana, atendendo inúmeros casos de pessoas que tem que arranjar passagem para voltar. Então é uma crítica construtiva. O Governo deveria ter instalado, faz 11 anos que foi criada esta agência lá. São os pontos falhos do Governo que ele deveria olhar com mais carinho, atendendo a coletividade menos favorecida pela sorte. Eram estes dois assuntos.

Com referência, ilustre Deputado, quanto a funcionários, e isto é mais um diálogo, não vai qualquer ofensa a V. Exa. e nem quero fazer demagogia eleitoral, mas V. Exa. falou, e eu anoto aqui netta Casa, sou Deputado praticamente três vezes, anoto como se faz o trabalho na Casa, como funciona a Assembleia. V. Exa. falou que hoje se convocassem todos os funcionários para virem à Casa, não teria lugar. V. Exa. também praticamente quis criticar os Governos passados. Não é a atual administração, a atual Mesa Executiva. E eu fico na dúvida. Será que os elementos que nomearam tantos funcionários sem necessidade, pertenciam ao MDB? Não sei e fica a observação a este ponto de vista. Não sei se tem demais mas volto à tona. A época em que nomeiam funcionários sem necessidade, e exclusivamente os grupos, os chefes políticos que detém o poder, sejam da ARENA ou do MDB, ou se foi na época do PSD, do PTB, da UDN é para arranjar cabos eleitorais. Isto devia terminar e estou a favor de V. Exa. Haveremos de voltar a esta Casa e lutar para pôr um paradeiro, pois isto ainda não acabou, ainda continua.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. concorda comigo?

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Concordo cem por cento.

O Sr. Gilberto Carvalho — Quem nomeou?

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Não sei se foram elementos do MDB.

O Sr. Gilberto Carvalho — Não existia MDB naquela época.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — V. Exa. disse que a crítica é da oposição.

O Sr. Gilberto Carvalho — Não disse que era MDB porque naquela época não existia, como não existia a ARENA. O que quis justificar é que reclamam que o funcionalismo recebe mal, e recebe mesmo. Mas ninguém pode negar que o Governo aplica 60% de seu Orçamento com o funcionalismo. Se tivesse menos funcionários, só os que trabalham, poderiam ser melhor remunerados.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Estou com V. Exa. Os Governos que detém o poder nunca deveriam nomear, mas pagar bem os que trabalham. Nunca virar cabide de empregos para políticos. Não quero abordar o problema porque levaria três dias falando, mas está acabando. Na minha região, onde faço política há 28 anos, todo este tempo souro desta chibata.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. conseguiu, neste mandato seu, trazer um funcionário para a Assembleia? Eu não consegui trazer, mas se tivesse vindo há oito anos atrás, como V. Exa. veio, teria conseguido. Tenho uma funcionária que era da Casa. Não consegui trazer ninguém porque o vencimento é pequeno e não conseguem o terço.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Acho ue o Governo deveria persistir e não nomear mais, pagando bem aos que produzem. Não é responsabilidade dos elementos do MDB, parece que não é, não sei. Não sei até onde V. Exa. quis chegar.

O Sr. Gilberto Carvalho — Cogo não é responsabilidade da ARENA a crise que estamos vivendo, que é mundial. O petróleo também não é da ARENA.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Há muitas falhas, muito desleixo do Governo. Ele deveria deter um pouco a inflação desenfreada, o custo de vida. No Governo de Juscelino Kubitschek, com meus respeito, houve uma greve de motoristas, porque aumentara 1% a gasolina. Houve uma greve de mais de 400 motoristas que trafegavam na estrada do Sudoeste, de União da Vitória para Curitiba. Interferi naquela época para que soltassem mais de 16 motoristas que estavam presos. Agora a gasolina sobe de 12 a 15%. A alta da gasolina tem um significado importante porque sobe transporte, sobe tudo. Estamos conhecendo a crise do exterior, V. Exa. sabe disto. Em 64 o litro de gasolina custava 50 centavos, hoje dois cruzeiros. E a energia elétrica? O Governo deveria olhar mais e colocar um freio para que não suba a energia elétrica nem a gasolina. Com isto estaria cooperando para que não houvesse alta no custo de vida. Não culpo essa crise bancária; o problema da

madeira é uma calamidade não só no Paraná, mas no Brasil inteiro, porque, o ano passado, a dúzia da táboa era 700 cruzeiros, hoje é 300 cruzeiros. E se persistir esse problema muitos madeireiros estão liquidados.

O Sr. Muirício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, realmente, os candidatos do MDB, no rádio e na televisão, tem feito críticas viris e vigorosas ao Governo Federal, com relação, principalmente a problemas econômicos-financeiros, os erros são gritantes e brutais, e quem paga é o povo que, a cada dia, luta com mais dificuldades para enfrentar o orçamento doméstico. Mas tem-se afirmado que tudo isso que está acontecendo se deve à crise internacional do petróleo. Mas, devo afirmar que não é esse o principal problema. Porque, no ano de 1973, a nossa dívida atingia a cifra de 18 bilhões de dólares. Isso significa que nosso País terá que pagar, de juros, 1 bilhão e 800 milhões de dólares. Esta é a razão fundamental da crise e dos problemas econômicos financeiros que atravessa nosso País. Diante desse problema, o problema do petróleo, podemos dizer, é refresco, é um entrave — é bem verdade — mas, é muito pequeno em relação à dívida contraída pelo Governo brasileiro.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte esclarecedor de V. Exa. Não tinha entrado nesse pormenor, mas tenho certeza que o que V. Exa. está falando é uma realidade.

Quero, neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ler um Requerimento que encaminharei à Mesa: (Lê)

"Requerimento"

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa que, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social, no sentido de que aquela autoridade, visando dar aos beneficiários do Instituto Nacional de Previdência Social, um melhor atendimento médico, envie estudos que permitam aquele órgão conciliar reclamações das sofridas partes que se vêm obrigadas a sacrifícios muitos, disputando um lugar em filas que se iniciam em plena madrugada, destarte, importando o fato além de prejuízos muitos e a determinar uma má impressão de nossas populações citadinas.

Ao expor o assunto, o requerente visa sugerir ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, a adoção do critério de concessão de consultas aos beneficiários do INPS em consultórios médicos particulares. Explicito fica, pois, que as obrigações financeiras destas regalias correrão a risco do INPS, através do posterior acerto de contas com os médicos atendentes.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1974.

(a) — DOMÍCIO SCARAMELLA".

Era meu pensamento ter apresentado ontem este Requerimento, antes da minha apresentação no programa eleitoral, mas não foi possível. Mas, continuarei lutando para que seja introduzido esse sistema de atendimento médico, não só no Paraná, mas em todo o Brasil.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, para que V. Exa. tome conhecimento de que também encaminhei um apelo dirigido ao Sr. Ministro da Previdência Social e ao Sr. Presidente do I.N.P.S., no seguinte teor:

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, um apelo ao Ministro da Previdência Social e Presidente do I.N.P.S., no sentido de que firmem contrato com a Associação Médica Brasileira, criando um Cartão de Crédito para livre consulta, pois somente com essa medida é que poderão ser eliminadas as filas constantes do I.N.P.S., possibilitando, ainda, que o segurado consulte médico de sua preferência".

Mais uma outra observação, sobre o que falou nosso companheiro, nosso amigo, Deputado Muirício Fruct. Pela primeira vez, ele deixou de observar, nosso País vai apresentar um orçamento sem déficit.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Quero congratular-me com V. Exa., parece que V. Exa. também está atento aos programas de televisão, tenho impressão de que V. Exa. escutou meu pronunciamento ontem. Estamos de braços dados apelando para que o Ministro do Trabalho, o Presidente do INPS, resolvam esse problema e vamos pedir aos ilustres Srs. Deputados que aprovelem esse nosso Requerimento, unindo os dois num só e vamos continuar esse apelo, porque será um grande benefício a todos os contribuintes do INPS. Quero lembrar a V. Exa. que falou V. Exa. em estradas e escolas. Observei bem, prestei muita atenção, porque era minha obrigação como homem público. Mas, a respeito de estradas, a minha região, já tenho debatido aqui desde os primeiros dias em que assumi minha cadeira, com muita honra, nesta Assembleia, mas com referências às estradas que demandam o Sudoeste, que é um dos problemas mais cruciantes que existe, e felizmente, hoje, o Governo Federal está mandando construir a BR-153. Não sei se V. Exa. conhece aquela região, mas que demanda num grande trecho, mais de 50 quilômetros, que o Governo terá que construir daquela estrada. Aquele trecho, União da Vitória - Erechim, e vice-versa, dará entroncamento com o Sudoeste. A BR-280 está incluída no plano rodoviário do DNER e quando S. Exa., o ex-Ministro Andreassa esteve em União da Vitória, tive a coragem de convidá-lo para percorrer aquele trecho de jipe, para conhecer a estrada em dia de chuva. Só de jipe, com tração nas quatro rodas.

Então, como V. Ex. referiu, já muitos Deputados já se referiram a isso, quero congratular-me com o Governo Federal e Governo do Estado, porque sem estradas não há progresso.

Mas só quero lembrar que minha Região Sul, que também pertence ao Ilustre Líder da ARENA nesta Casa, não existe estrada no Município de Bituruna, Cruz Machado, nem para o Sudoeste do Estado. Hoje estão sendo reparadas.

Com referências às escolas, até parece brincadeira. Escolas do Estado, em nosso Município estão sendo algumas delas reformadas, inclusive grupos escolares, com um trabalho modesto nosso nesta Casa, e com o apoio de todos os Srs. Deputados, porque tive a honra de só ter um Requerimento meu rejeitado nesta Casa, com referência a eleições distritais e agradeço aos Srs. Deputados. Mas as escolas construídas no Governo do saudoso interventor Manoel Ribas, quando ainda o material era transportado no casco de animais, agora estão sendo reformadas. Escolas construídas de madeira no nosso Município, onde tenho a honra de ser vice-Prefeito, junto com o meu Prefeito que é do MDB, algumas delas estão sendo reformadas pelo Município, porque não tem mais condições de funcionamento. O Estado não constrói outras e não conserva as existentes. Quer dizer, além de não construir, não conserva. Estão caindo. Aconteceu um caso em que tiveram que mandar um carpinteiro para levantar uma escola que estava caindo.

Esse é um problema que acontece lá. Aconteceu também um fato interessante há poucos dias, quando estive num povoado, povoado de Empossados, onde havia uma festa. Cheguei lá e a Comissão da escola veio falar comigo, se eu podia arranjar um auxílio de minha parte, porque eles tinham gasto para reformar a escola. Perguntei quanto eles tinham gasto e me disseram que a reforma da escola custara 3.200 cruzeiros. Então aqui vai uma crítica construtiva. O Governo não tem condições nem de conservar a escola. E isso deve acontecer também em outras regiões. O Governo está aquém dessas reformas e construções. Embora V. Exa. declare que 60% do Orçamento é para o funcionalismo. Mas teria que reservar uma verba para dar atendimento aquilo que Governadores passaram fizeram, quando não existia ainda o ICM. O próprio Ney Braga fez alguma coisa. Os Governadores que mais fizeram, e os meus respeito a eles, foram o Interventor Manoel Ribas, e os Governadores Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto. De lá para cá, não houve 10% de obras naquela região.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quando falei em desenvolvimento do Estado, disse que o Governador Emílio Gomes construiu, neste pouco tempo, 1.300 salas de aula.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Construiu ou está terminando de construir?

O Sr. Gilberto Carvalho — Está terminando. Veja V. Exa. um caso, como o de Assis Chateaubriand, um Município em que está saindo uma média de 5 casas por dia.

Então se constrói um grupo escolar de 10 salas, não terminou a construção ainda e já precisa de uma ampliação. Então o Governo já não está quase conseguindo acompanhar. E por isso que nós fazemos referência ao desenvolvimento, ao interesse do Governo muitas vezes procurar um entrosamento com a coletividade. Quero citar como exemplo lá na minha região do Vale do Ivaí. Eu acho que quase em todo lugar acontece o mesmo. O problema do demente, o problema muito sério, que tem vindo a Curitiba, chega às Prefeituras para procurar recursos, muitas vezes as famílias desamparadas, e pede um recurso para trazer o doente para Curitiba e o ônibus não dá para vir, precisa alugar um carro, muitas vezes pagam 500, 600 cruzeiros para trazer esse doente aqui. Chega aqui, fazem a triagem e precisa às vezes levar o doente de volta porque não tem vaga. O que nós fazemos lá criamos na nossa região um centro de triagem, obras sociais do Vale do Ivaí, que por sinal tem em quase todos os Municípios da mesma região. Esta vez que vem do Palácio, vou destinar para esta entidade. Já pulei junto ao Governador do Estado. Cada Prefeitura vai por um pouco de recurso no orçamento. Agora para nós construirmos este hospital regional, para dar atendimento, e não esta fase de desenvolvimento, esta fase porque nós passamos, é preciso que haja um entrosamento, porque um Governo só não consegue.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o esclarecimento de V. Exa. e vou me alongando mais, parece que mais 10 minutos aí. Com referência a hospital, pergunto a mim mesmo e a V. Exa., como é que os Governos anteriores sempre construíram? Nós chegamos na Lapa, um Sanatório construído no Governo de Caetano Munhoz da Rocha, quantos anos faz? Santa Casa de Misericórdia que foi construída. Acho que é desleixo do Governo. União da Vitória felizmente tem um hospital construído, que é um dos orgulhos da região, por um grupo de elementos que construiu com verbas mínimas do Governo, inclusive com auxílio do Governo alemão, o seu equipamento veio de lá. Está funcionando. Então, em União da Vitória já existe esta triagem que V. Exa. está dizendo, e que eu, como Deputado, um dos Deputados da região, não tenho muitos problemas a não ser uma doença que não possa ser resolvida lá. Então o Governo do Estado devia dar condições a todos estes Municípios, deixar um pouco de lado tanta publicidade, tanta esnobação com carros oficiais, aviões oficiais e jogar um pouco para lá. Eu sou administrador. Administrei e talvez não tivesse condições de administrar o Estado, administrei em Municípios duas vezes e com economia. sem ICM. Pouco ICM, de 67 só, de 69. E deu para fazer. Então, o Governo não reforma uma escola. Professoras do nosso Município, de União da Vitória, funcionários do Município pagos pelo Município atingem a 59, o Município de União da Vitória paga 59 funcionários para atendimento de estabelecimentos estaduais. Saúde, Educação, Fazenda, Delegacia, Detran. É uma barbaridade. Então não sei o que está fazendo o Governo. Energia não tem que se preocupar mais. Estradas não tem que se preocupar mais, escolas deixam para a coletividade reformar o prédio, cobram as taxas, aquilo que foi elaborado há 20 anos atrás do ensino gratuito; hoje para tirar o ginásio um operário já quase não pode mais mandar um filho para estudar, então, eu pergunto para mim, será que esta nossa crítica não é construtiva? E lembrar o Governo só porque o Governo tem uma maioria nas Assembleias, no Governo Federal, ele manda as mensagens que bem entende e ninguém se incomoda. Tem que mudar. É aquilo que nós temos que mudar. V. Exa. fez um apelo hoje, eu fiz ontem para que aumentem as bancadas. Um quer que aumente ARENA, outro quer que aumente o MDB, eu preferia que aumentassem MDB. Inclusive o Sr. Deputado da ARENA seria, com meu perdão, seria valorizado mais pelo Governo do Estado. Esta a minha franqueza, como homem público, sem medo de errar, porque se fosse não tivesse perigo de afundar a lancha, que colocasse mais ou menos a carga dividida, os Srs. da Arena seria mais respeitada. Porque V. Exa. sente os problemas que sentimos. Não é só nós que sentimos a reclamação do povo, as reclamações do povo. Então é preciso que o povo dê mais condições para equiparar o peso da balança, não aquela balança de um candidato que anda por aí, mas aquela balança. Eu agradeço a V. Exa. Já estou ironizando um pouco o negócio, agradeço a atenção de V. Exa., agradeço os apertes de V. Exa., do Sr. Deputado Erondy Silvério, do Deputado Muirício Fruct, e vamos continuar dialogando, não só agora, para o progresso de nosso Estado, mas para que as coisas sejam esclarecidas. Muito obrigado a V. Exa. e aos Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 112/74, que aprova Convenção celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, com intervenção de Órgãos que especifica, visando a execução do Programa Paranaense de Treinamento de Executivos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 270-73, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que declara de Utilidade Pública a "Loja Maçônica Fátima e Caridade", da cidade de Nova Fátima. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/74, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Curitiba, via Jurema Rural, ano 1966 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 259/73, de autoria dos Deputados Antônio Lopes Júnior e Igo I. Losso, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Desembargador Luiz Silva e Albuquerque. Sem parecer, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/74, de autoria do Deputado Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a estrada municipal que liga a sede do Município de Mallet à Rodovia BR-476, passando pelo Distrito de Rio Claro. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/74, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Evangélica Luterana Santíssima Trindade, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99/74, de autoria do Deputado Maurício Fruct, que concede Título de Cidadã Honorária do Paraná, a Helena Garfunkel. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 243/73, de autoria do Deputado Maurício Fruct, que suprime a partir de 1974, nos Estabelecimentos de Ensino de 1.º e 2.º Graus do Estado, as aulas aos sábados, onde cumprir-se-á no mínimo, 180 e 190 dias de trabalho escolar efetivo. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 243/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam suprimidas, a partir de 1974, as aulas aos sábados, nos estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º Graus do Estado, onde serão cumpridos, no mínimo, 180 e 190 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluído o tempo reservado às provas finais, caso estas sejam adotadas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1973.

(a) Maurício R. Fruct

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se, com o Projeto que ora se submete ao estudo e deliberação da Casa, suprimir, a partir de 1974 as aulas aos sábados nos estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º Graus do Estado.

Sem contrariar a Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º Graus, no que se refere ao número mínimo de aulas nas escolas, por ano, o Projeto ora apresentado tem um alto sentido social, permitindo aos alunos e familiares o descanso de fim de semana.

Sabemos perfeitamente, que vários setores de atividade já há muito, suprimiram o trabalho aos sábados, por considerá-lo imprudente e de frequência diminuta.

Assim sendo, nada mais justo, que estender aos estabelecimentos acima enfocados o descanso de fim de semana.

Dai esperamos, para aprovação deste Plano de Lei, o apoio desta nobre Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 243/73

PARECER

O nobre Deputado Maurício Fruct propõe pelo presente Projeto de Lei, que a partir de 1974, sejam suprimidas as aulas aos sábados nos estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º Graus do Estado, exigindo-se, entretanto, o cumprimento de no mínimo, 180 e 190 dias de trabalho escolar efetivo.

A legislação pertinente à matéria, ou seja, a Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º Graus, determina o cumprimento do número mínimo de aulas nas citadas escolas, que é de 180 e 190 dias de trabalho escolar efetivo.

Assim sendo, o Projeto obedece rigorosamente as exigências da legislação em vigor, não contrariando de forma alguma a referida Lei.

Sob o aspecto constitucional, legal e formal, a proposição é conforme. Quanto à sua oportunidade, nada há a contestar, considerando o alto sentido social que a medida acarretará, opino pelo ACOLHIMENTO do Projeto, para ulterior trâmite regimental.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Sebastião Rodrigues — Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER

AO

PROJETO DE LEI N.º 243/73

De autoria do ilustre Deputado Maurício Fruct, o presente Projeto de Lei pretende suprimir, a partir deste ano as aulas aos sábados nos estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º Graus, estabelecendo, ainda, deverão ser cumpridos os 180 e 190 dias, no mínimo, de trabalho escolar efetivos.

A justificação apresentada pelo autor da proposta me convence de sua oportunidade. Por isso o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1974.

Antônio Lopes Júnior — Presidente.

Ivo Rocha — Relator.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 279/73, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que declara de Utilidade Pública a "Associação Interconfessional de Curitiba", com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 279/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Interconfessional de Curitiba, com sede e foro nesta cidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1973.

(a) Antônio Belinati

JUSTIFICATIVA:

A Associação Interconfessional de Curitiba, que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos em lei para atingir seu fim, ou seja, tem seu estatuto registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas competentes; vem funcionando de forma efetiva desde junho de 1973 e presta serviços de utilidade pública à população desta cidade. Finalmente, os membros de sua diretoria não percebem qualquer remuneração, conforme fica comprovado pelo documento anexo.

Assim pois, levamos o presente plano de Lei à apreciação dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 279/73

PARECER

I — O Projeto de Lei n.º 279/73, de autoria do nobre Deputado Antônio Belinati objetiva declarar de utilidade pública a Associação Interconfessional de Curitiba, que tem sede e foro na Capital do Estado.

II — Do ponto de vista financeiro, nada a opor, pelo que opinamos pela aprovação.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 06-08-74.

Quilise Crisóstomo — Presidente.

Gilberto Carvalho — Relator.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44/74, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Japira trator marca John Deere, dado em comodato pela Secretaria da Agricultura ao referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 44/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica doado ao Município de Japira, o trator de marca John Deere, modelo 730, série 7325962 (sete, três, dois, cinco, nove, seis, dois), dado em comodato pela Secretaria da Agricultura ao referido Município e inservível para o serviço público estadual.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1974.

(a) Gabriel Manoel

JUSTIFICAÇÃO:

O trator a que refere o Projeto está atualmente em poder do Município de Japira, por força de empréstimo concedido pela Secretaria de Agricultura.

Ocorre que a máquina, no estado em que se encontra, não mais pode servir em termos econômicos ao Estado. Daí a presente doação, a fim de que o Município, como proprietário, obtenha alguma vantagem investindo na sua recuperação.

Por outro lado medidas semelhantes a esta são costumeiras no âmbito da administração estadual, conforme se pode comprovar pela volumosa legislação idêntica existente na Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO

PROJETO DE LEI N.º 44/74

I) — A justificativa do Projeto diz bem do porquê da doação ora proposta. O Município de Japira está carente de equipamentos desta natureza, mas não quer investir na recuperação do trator objeto deste Projeto, sem que o mesmo passe a integrar o seu patrimônio.

II) — Do ponto de vista legal ou constitucional, atribuição conferida a esta Comissão para opinar, nada existe a opor.

Nosso parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17-6-74.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Ivo Thomazoni — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 44/74

PARECER

I — O Projeto de Lei n.º 44/74, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, visa a autorizar o Poder Executivo a doar, ao Município de Japira, um trator da marca "John Deere", modelo 730, que foi doado em comodato àquele Município, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e, atualmente, não tem condições de uso para o serviço público estadual.

II — Do ponto de vista financeiro, nada a opor, pelo que opinamos pela aprovação.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 06-08-74.

Quilise Crisóstomo — Presidente.

Gilberto Carvalho — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Resolução nrs. 15-68 e 33-74 e de Lei nrs. 564-62, 631-65, 321-68, 428-68, 156-69 e 11-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de louvor e incentivo ao Doutor José Maria Azevedo e a toda sua equipe auxiliar, pelo excelente trabalho que desempenham no interesse do servidor previdenciário. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Ministro da Previdência Social e Presidente do I.N.P.S., no sentido de que firmem convênio com a Associação Médica Brasileira, criando um Cartão de Crédito para livre consulta. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, lido da Tribuna solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Previdência Social, no sentido de que envie estudos visando dar aos beneficiários do Instituto Nacional de Previdência Social, um melhor atendimento médico. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Franzoni e Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando seja dispensada a Sessão Plenária de amanhã, quinta-feira, dia 10, em virtude da chegada à nossa Capital, de Sua Excelência o Sr. Presidente da República. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para dia 15, terça-feira, à Hora Regimental, em decorrência do Requerimento aprovado neste sentido, com a mesma Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 253/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7163/74, de 26 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

designar Ayrton Luiz Baptista, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 259/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7266/74, de 28 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

designar para prestar serviços, Conrado Schneider ora à disposição deste Poder, na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Ovídio Luiz Franzoni.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 260/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7234/74, de 28 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Andreina Correia Alves, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 02 de setembro de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 261/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7133/74, de 23 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Lindamir Edil Caran, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1973, a partir de 1.º de outubro de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 262/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7289/74, de 29 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3/74, de 15 de janeiro de 1974, a René Vasco Garcia, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 263/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7745/74, de 11 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 261/74, de 11 de setembro de 1974, a Lindamir Edil Caran, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 264/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7693/74, de 10 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

antecipar, as férias concedidas pela Portaria n.º 3/74, de 15 de janeiro de 1974, a funcionária Alice do Rosário Antunes, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para 11 de setembro de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 265/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7908/74, de 13 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Celso Mariano dos Santos, funcionário do Quadro de Pessoal, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1973, a partir de 23 de setembro de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 266/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7723/74, de 10 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3/74, de 15 de janeiro de 1974, as funcionárias Elza Carneiro Camargo, Elcy da Silva Batista e Maria Stella Mader do Amaral Gurgel, todas do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 267/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7403/74, de 3 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3-74, de 15 de janeiro de 1974, os funcionários Abib Miguel, Cesar Augusto Agostini Pinto Nunes e Oswaldo Marques, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 268/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6591-74, de 8 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

lotar, no Departamento Administrativo, o funcionário Waldemar Roda, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 269/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8026/74, de 18 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

antecipar as férias concedidas pela Portaria n.º 3/74, de 15 de janeiro de 1974, a funcionária Joana de Lima, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 19 de setembro de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 270/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7683/74, de 10 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3/74, de 15 de janeiro de 1974, a Maria de Lourdes Bizetto Reque, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 271/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7376/74, de 2 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3/74, de 15 de janeiro de 1974, a Loris Cordeiro de Barros, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 272/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7492/74, de 4 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Nelson André de Araujo funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1973, a partir de 2 de setembro de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 273/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7290/74, de 29 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3/74, de 15 de janeiro de 1974, a José Ary Nassif, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 274/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7308/74, de 29 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3/74, do

15 de janeiro de 1974, a Ibaneza Mendes Santos, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 275/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7787/74, de 11 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

designar para prestar serviços, Aldo Ferdinando Patituci, ora à disposição deste Poder para prestar serviços, na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Igo Losso.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 276/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7716/74, de 10 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Edgar Santos Buquera, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 11 de setembro de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 277/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7203/74, de 27 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3/74, de 15 de janeiro de 1974, aos funcionários Bertoldo Schwarzbach, Francisca da Silva Cavalheiro, Izola Glistau Barichello e Joana Maciel Parias, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 278/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7180/74, de 26 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3/74, de 15 de janeiro de 1974, a Francisco Dranka, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 279/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7924/74, de 16 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Valdomira Demeterco Pereira, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1974, a partir de 16 de setembro de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 280/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7095/74, de 23 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3/74, de 15 de janeiro de 1974, a Ligia Maria da Silva, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 281/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6949/74, de 20 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3/74, de 15 de janeiro de 1974, a Alaide Maria Loffagen Luz, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 282/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7205/74, de 27 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3/74, de 15 de janeiro de 1974, a Ruth Carvalho de Mello, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 283/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7075/74, de 22 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3/74, de 15 de janeiro de 1974, a Henrique Wojcik, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 284/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7319/74, de 30 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3/74, de 15 de janeiro de 1974, a Alcides Zonatto, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 285/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7181/74, de 26 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3/74, de 15 de janeiro de 1974, a Rita Celestino Soares, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 286/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8169/74, de 23 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Durvalina dos Santos, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trezentos e sessenta (360) dias, de licença, para tratamento, a partir de 13 de novembro de 1973, em prorrogação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 287/74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8131/74, de 23 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

designar, na forma que especifica, os funcionários adiante indicados, da Secretaria desta Assembléia, para prestarem serviços na elaboração do Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1975, e o Orçamento Plurianual de Investimentos para os exercícios de 1975, 1976 e 1977, percebendo gratificação especial de acordo com o Art. 172, alínea VI, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

COORDENADOR GERAL — Antonio da Cunha Gebran

ASSESSORES — Aímoré Od Rocha — Fabiano Siqueira Cunha — Fausto Luiz Abry — Ihor Baranhuk — Manoel Fernandes Maia — Luiz Fernando Kosop — Enio Medeiros — Ivo Gusso — Luciano Lacerda — João A. Andretta

DIRETOR DO D.L. — Alberto Carazzai Netto

DIRETOR DO D.F.C.P. — Ronaldo Baptista

DIRETOR DO D.A. — Clóvis Stadler de Souza

SECRETARIO DA COMISSAO — Elcy Silva Batista

DIAGRAMADORES — Aglides Martins de Oliveira — José T. Canto Filho — Williams Romanzzini — Walter Adão Macedo — Laertes Luiz Foggiano — Almir Santos — Antonio Carlos Dantas — Blumer Bosquillia — Celso A. de Castro — Carlos D. Bukowski

DATILÓGRAFOS — Eleovan C. Ribeiro — Sérgio Antonucio — Edmir E. da Silva — Gabriel Francheski — Roberto Satyro — Belmiro Martin — Ary N. Schemin — Farid Luiz Guérios — Ismar D. Passos — Osmar Passos — Amado Zonatto — Saint'Cyr de Oliveira Rocha — José G. Filgueiras — Luiz Carlos Molinari — Celso Faraco — Adilson Vicentini — Esverben Plaisant — José de A. Cleto — Mario H. Cruz — Nelson S. Salles — Zeno Paciornik — Juarez da Fonseca — João Maria C. Araujo — Rui Ribas de Oliveira — Francisco Dranka — Luiz Bittencourt — Raymundo C. Pioli — Ayrton Alves Aranha — Juarez Q. Gonçalves — Ophir F. de Souza — Carlos Augusto Fernandes — Manoel Aguiar Filho — Duilio Dias — José Ary Valério — Humberto M. Redeski — Edson de Oliveira — João Caxias Urban — Edu Liberti — Armando S. Iwaia — Luiz Lima

IMPRESSOR — Jair C. Alves

AUXILIARES — Raul Zipperer — Alcides Zonato — Jandir Nardin

PORTARIA — Antonio Gulbino — Abel Marchioratto

Gabinete da Diretoria Geral, em 4 de outubro de 1974.

Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral